



**RELATÓRIO E CONTAS 2019**

---

---

## ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
A – RELATÓRIO DE GESTÃO .....	8
MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	8
A1 – EDA S.A. ....	10
1 - VALORES CARACTERÍSTICOS - EDA.....	10
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL .....	13
2.1. Enquadramento Macroeconómico.....	13
2.2. Enquadramento Setorial .....	19
2.3. Regulação Económica .....	23
3. DESEMPENHO.....	27
3.1. Comercial.....	27
3.2. Transporte e Distribuição.....	30
3.3. Produção.....	33
3.4. Investimento .....	38
4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	42
5. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE.....	51
5.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais.....	51
5.2. Ações próprias.....	63
5.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores.....	63
5.4. Sucursais da sociedade.....	63
5.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período.....	63
6. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....	64
A2 – GRUPOEDA.....	74
1. UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO .....	74
2. ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS.....	76
3. VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA.....	77
4. DESEMPENHO .....	79
4.1. EDA .....	79
4.2. EDA RENOVÁVEIS .....	81
4.3. Globaleda.....	85
4.4. SEGMA .....	86
4.5. NORMA AÇORES.....	87
4.6. CONTROLAUTO AÇORES Lda.....	88
5. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	90
B. SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA.....	99
1 DOMÍNIO SOCIAL .....	99
1.1 Valorização dos trabalhadores .....	99
1.2 Formação profissional .....	105
1.3 Segurança no trabalho.....	108
1.4 Ética e prevenção da corrupção.....	112
2 DOMÍNIO AMBIENTAL .....	114

2.1	Âmbito do Reporte Ambiental.....	114
2.2	Parte interessadas.....	114
2.3	Ciclo de Vida do Produto/Serviço .....	116
2.4	Gestão ambiental .....	118
2.5	Cartilha de Sustentabilidade .....	119
2.6	Certificações e Reconhecimentos.....	119
2.7	Conformidade Ambiental.....	120
2.8	Prevenção da Poluição e Emergências Ambientais.....	120
2.9	Utilização sustentável dos recursos ambientais.....	121
2.10	Emissões atmosféricas.....	125
2.11	Alterações climáticas .....	126
2.12	Gestão da cadeia de fornecedores.....	132
2.13	Envolvimento com a Comunidade .....	133
2.14	Inovação.....	138
C. APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....		146

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'd' and 'M'.

**ÍNDICE DE TABELAS**

	Pág.
Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2015 a 2019 .....	11
Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2016 a 2019 .....	12
Tabela 3 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais) .....	12
Tabela 4 – Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2015 a 2019.....	21
Tabela 5 – Número de clientes e consumo por clientes de 2015 a 2019 .....	27
Tabela 6 – Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2015 a 2019.....	28
Tabela 7 – Ações de manutenção em subestações MT/AT de 2015 a 2019.....	31
Tabela 8 – Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2015 a 2019 .....	31
Tabela 9 – Ações de manutenção em redes Baixa Tensão de 2015 a 2019 .....	32
Tabela 10 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2015 a 2019.....	34
Tabela 11 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, em 2018 e 2019.....	35
Tabela 12 – Manutenções em centros produtores .....	37
Tabela 13 - Investimento realizado em 2019 .....	38
Tabela 14 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2018 e 2019 .....	42
Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2018 e 2019 .....	45
Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2018 e 2019 .....	47
Tabela 17 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2018 e 2019.....	49
Tabela 18 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2018 e 2019.....	49
Tabela 19 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2019 .....	49
Tabela 20 – Empresas incluídas na consolidação .....	75
Tabela 21 – Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2015 a 2019 .....	77
Tabela 22 – KPI Sociais de 2015 a 2019.....	77
Tabela 23 – KPI Ambientais de 2015 a 2019.....	78
Tabela 24 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2015 a 2019.....	80
Tabela 25 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2019.....	81
Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da EDA RENOVÁVEIS, de 2015 a 2019 .....	83
Tabela 27 - Investimento realizado em 2019 .....	83
Tabela 28 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2015 a 2019.....	85
Tabela 29 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2015 a 2019.....	86
Tabela 30 - Indicadores económico financeiros da NORMA AÇORES, de 2015 a 2019.....	87
Tabela 31 - Indicadores económico financeiros da CONTROLAUTO – AÇORES, de 2015 a 2019.....	89
Tabela 32 – Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2018 e 2019.....	90
Tabela 33 – Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2018 e 2019.....	93
Tabela 34 – Resultados do período do Grupo EDA, em 2018 e 2019.....	95
Tabela 35 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2018 e 2019 .....	96
Tabela 36 – Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2019 .....	97
Tabela 37 – Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2019 .....	97
Tabela 38 – Número de trabalhadores por empresa e género - 2016 a 2019 .....	99
Tabela 39 – Número de trabalhadores por empresa e faixa etária - 2016 a 2019.....	100
Tabela 40 – Número de saídas por empresa e faixa etária - 2016 a 2019.....	101

Pág.

Tabela 41 – Número de admissões por empresa e género - 2016 a 2019 .....	101
Tabela 42 – Novas contratações por empresa e faixa etária - 2016 a 2019.....	102
Tabela 43 – Número de regressos de requisitados / Licenças sem vencimento (LSV) - 2016 a 2019 .....	102
Tabela 44 – Saídas por empresa e género - 2016 a 2019.....	103
Tabela 45– Trabalhadores do Grupo EDA por chefia e género –2019 .....	105
Tabela 46- Número de exames por empresa e tipologia – 2019 .....	108
Tabela 47- Número de exames por empresa – 2015 a 2019 .....	108
Tabela 48- Número de visitas por empresa – 2015 a 2019 .....	108
Tabela 49- Resumo dos dados estatísticos de 2019 e respectiva evolução, comparativamente a 2018 .....	112
Tabela 50 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas de 2015 a 2019 .....	125
Tabela 51- Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2019 .....	128
Tabela 52 - Emissões indiretas de Gases de Efeito de Estufa de âmbito 3 .....	130
Tabela 53 – Patrocínios atribuídos em 2019.....	135

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Pág.
Gráfico 1 – Indicadores financeiros EDA, de 2015 a 2019 .....	10
Gráfico 2 – Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2015 a 2019 .....	10
Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2015 a 2019 .....	11
Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27 .....	19
Gráfico 5 - Consumo per capita de 2014 a 2019 .....	20
Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2019 .....	20
Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis/recursos endógenos (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2019 .....	22
Gráfico 8 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2019 .....	22
Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2015 a 2019 .....	28
Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2017 a 2019 .....	29
Gráfico 11 - Potência térmica instalada por ilha .....	33
Gráfico 12 – Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha .....	34
Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2014 a 2019 .....	36
Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2015 a 2019 .....	38
Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2015 a 2019 .....	39
Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2018 e 2019 .....	47
Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2018 e 2019 .....	48
Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2018 e 2019 .....	48
Gráfico 19 – Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2019 .....	74
Gráfico 20 – Valor Económico Gerado e Distribuído .....	77
Gráfico 21 – Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2015 a 2019 .....	82
Gráfico 22 - Investimento total a preços correntes 2015 a 2019 .....	84
Gráfico 23 – Investimento a custos técnicos de 2015 a 2019 .....	84
Gráfico 24 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2018 e 2019 .....	95
Gráfico 25 – Resultados do Grupo EDA em 2018 e 2019 .....	96
Gráfico 26 – Qualificações dos trabalhadores do Grupo EDA – 2019 .....	103
Gráfico 27 – Número de horas de formação e participações, por empresa e por ano – 2016 a 2019 .....	106
Gráfico 28 – Acidentes com baixa médica, por empresa – 2017 a 2019 .....	110
Gráfico 29 – Acidentes sem baixa médica, por empresa – 2017 a 2019 .....	110
Gráfico 30 – Índice de Frequência das empresas do Grupo EDA e respectiva evolução, por empresa .....	111
Gráfico 31 – Partes interessadas .....	114
Gráfico 32 – Ciclo de vida do produto/serviço da EDA .....	117
Gráfico 33 – Consumo das principais matérias no grupo EDA .....	121
Gráfico 32 – Eficiência energética – 2015 a 2019 .....	122
Gráfico 35 – Evolução do consumo de água nas Centrais Termoelétricas da EDA .....	122
Gráfico 36 – Relação entre o usos da água pelas diversas atividades desenvolvidas pela EDA e a quantidade de água disponível em cada ilha (água superficial e água subterrânea explorável) .....	123
Gráfico 37 – Produção de resíduos 2015 a 2019 e tipologia dos resíduos .....	125
Gráfico 38 – Distribuição do destino dos resíduos .....	125
Gráfico 39 - Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas de 2015 a 2019 .....	126



Gráfico 40 - Distribuição das emissões de GEE estimadas da EDA, por área de atividade .....	127
Gráfico 41 - Total de CO <sub>2</sub> emitido e Emissões Específicas de CO <sub>2</sub> - 2015 -2018 .....	128
Gráfico 42 - Emissões de Gases Fluorados com Efeito de Estufa 2016 e 2019.....	129
Gráfico 43 - Emissões de Âmbito 1.....	129
Gráfico 44 - Emissões de Âmbito 2.....	130
Gráfico 45 - Emissões de Âmbito 3.....	130
Gráfico 46 - <i>Mix</i> energético 2019.....	132



## A – RELATÓRIO DE GESTÃO

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

#### Senhores Acionistas

O ano de 2019 foi caracterizado por um elevado preço dos combustíveis fósseis, por uma baixa das taxas de juro, que chegou a atingir mínimos históricos, e por uma ligeira redução do consumo de eletricidade, que se situou nos 0,1%.

Todas as empresas do Grupo apresentaram resultados positivos. Tínhamos previsto obter um resultado global do Grupo EDA à volta dos 17,2 milhões de euros em 2019, aquando da elaboração do respectivo Plano, mas obtivemos um resultado de 16,5 milhões de euros.

Existem múltiplos fatores que influenciaram o resultado do Grupo. A remuneração do ativo da EDA, sofreu uma baixa muito significativa que foi superior aos ganhos obtidos pelo Grupo com os custos do financiamento, em 2019. Por outro lado, tivemos uma avaria imprevista numa das turbinas da Central Geotérmica do Pico Vermelho, que obrigou à paragem parcial da central durante quase dois meses. Apesar de termos obtido em 2019 maior produção geotérmica na ilha Terceira, cerca de 16%, e maior produção hídrica a nível Açores, a produção global de energias renováveis da EDA Renováveis foi inferior à do ano anterior, devido à menor produção geotérmica em São Miguel. Em 2019, a EDA Renováveis obteve um resultado de 9,4 milhões de euros, quando em 2018 tinha obtido um resultado de 10,1 milhões de euros.

Gostaria de assinalar o excelente resultado obtido pela SEGMA em 2019. Parabéns aos seus gerentes e colaboradores. A GLOBALEDA obteve também um bom resultado, o que consolidou a trajetória de recuperação desta empresa e veio permitir, pela primeira vez, a distribuição de dividendos. Como é do vosso conhecimento, a participação da EDA na NORMA foi alienada com sucesso. Uma palavra muito especial a todos os trabalhadores da NORMA e aos seus dirigentes que realizaram esta transição de uma forma pacífica e com toda a normalidade. Desejo a todos os maiores êxitos.

A produção térmica a partir de combustíveis fósseis atingiu, em 2019, 62% de toda a produção, ligeiramente superior ao ano anterior devido à menor emissão de energia renovável.

Durante o ano de 2019, a EDA investiu cerca de 30,8 milhões de euros nas infraestruturas necessárias ao bom funcionamento da empresa, nomeadamente nas centrais térmicas, na melhoria das redes de transporte e de distribuição, na remodelação dos sistemas de informação e na manutenção de equipamentos e de edifícios espalhados pelas diversas ilhas dos Açores.





Houve um reforço na formação dos trabalhadores, foi criada a Academia EDA e as diversas empresas do Grupo ganharam novas capacidades e competências.

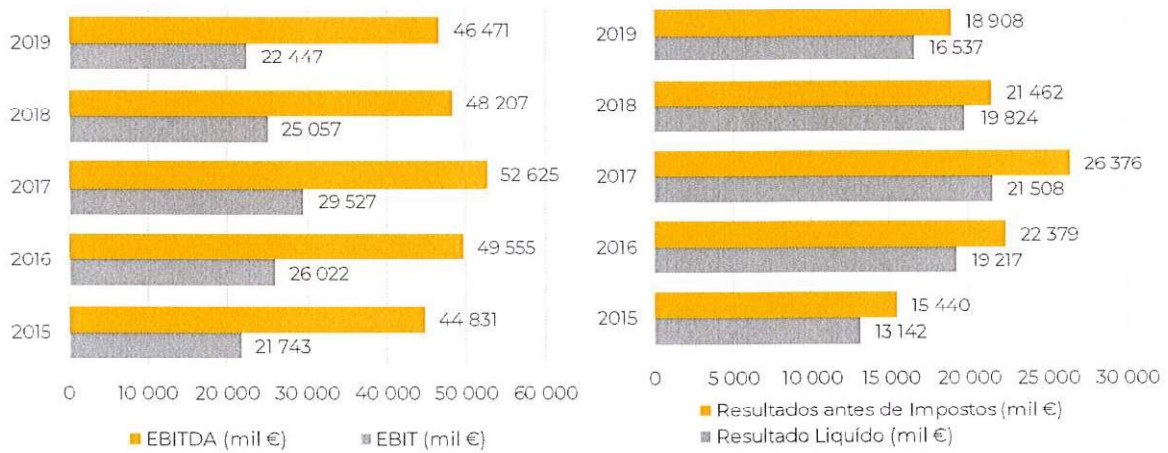
Gostaria de agradecer a todos os trabalhadores do Grupo EDA, a todas as chefias e colegas de Administração das diversas empresas, o empenho e a dedicação demonstrados, ao longo do ano de 2019. Sem o vosso apoio não teria sido possível alcançar os bons resultados obtidos. Uma palavra muito especial de agradecimento aos nossos clientes, aos nossos fornecedores e aos parceiros de negócio que durante o ano de 2019 depositaram confiança no Grupo e que connosco criaram mais riqueza nos Açores.

O ano de 2020 encerra novos desafios. Desde já, o contexto da pandemia Covid-19 obrigou-nos a uma reorganização na EDA de forma a cumprir com o serviço público de produção, transporte e distribuição de eletricidade em segurança para todos os trabalhadores e clientes. A EDA Renováveis sofreu uma reorganização também semelhante de forma a manter em funcionamento todos os centros produtores. O teletrabalho está a ser um sucesso em todas as empresas do Grupo. É evidente que estamos a viver um contexto desafiante, que obrigou à paragem forçada e súbita de largos setores da economia, mas temos esperança que em breve haverá melhores dias e que a retoma, talvez em moldes diferentes, irá certamente ocorrer. O Grupo EDA irá manter para 2020 os objetivos que tinha planeado, embora possam ocorrer alguns adiamentos devido a obras que se poderão atrasar dado o contexto por que estamos a passar.

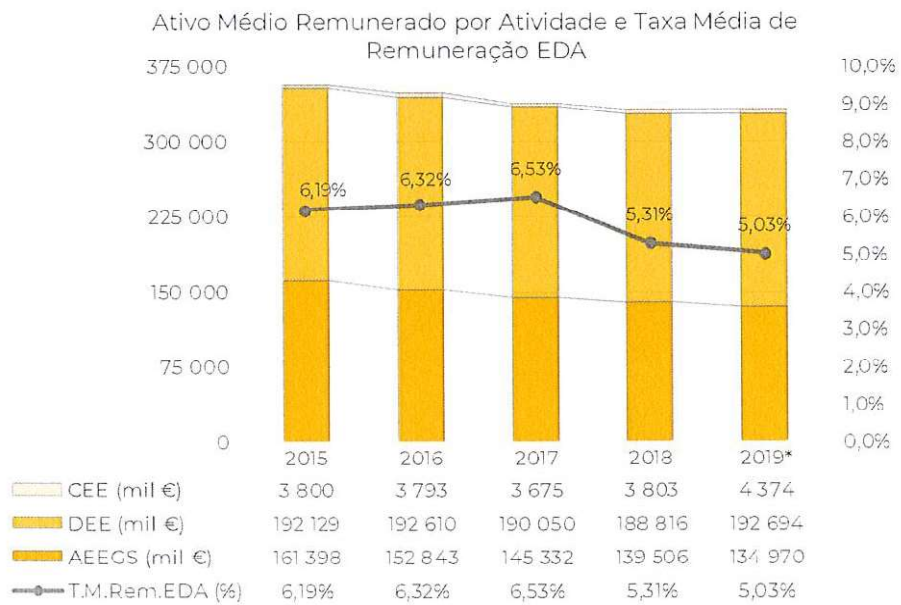
Gostaria finalmente de realçar, em meu nome e em nome dos meus colegas da Administração, o apoio, o estímulo e a confiança dos acionistas concedido ao longo de todo ano que nos permitiram atingir os resultados alcançados. O nosso muito obrigado.

**A1 - EDA S.A.**

**1 - VALORES CARACTERÍSTICOS - EDA**

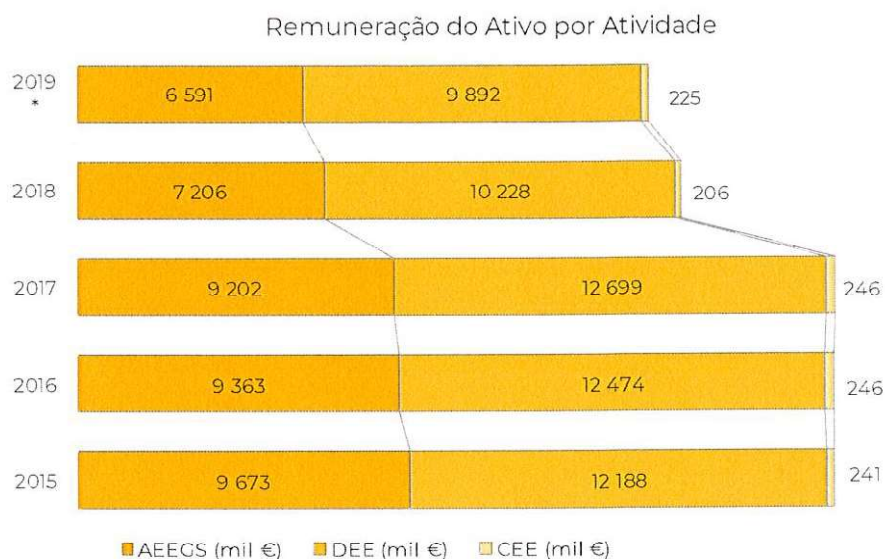


**Gráfico 1 - Indicadores financeiros EDA, de 2015 a 2019**



(\*) Valores estimados para o ano de 2019

**Gráfico 2 - Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2015 a 2019**



(\*) Valores estimados para o ano de 2019

**Gráfico 3 – Remuneração do Ativo, por atividade, de 2015 a 2019**

	2015	2016	2017	2018	2019
Emissão total (GWh)	772	781	784	795	793
Variação anual da emissão total (%)		1,2	0,5	1,3	-0,2
Emissão térmica (GWh)	496	516	490	483	489
Variação anual da emissão térmica (%)		4,0	-4,9	-1,4	1,3
Emissão renovável/recursos endógenos (GWh)	275	265	294	311	304
Variação anual de emissão renovável/recursos endógenos		-3,9	11,1	5,9	-2,3
Consumo de serviços auxiliares (GWh)	20	20	19	19	19
Variação anual do consumo de serviços auxiliares (%)		3,9	-8,2	3,1	1,7
Consumo (GWh)	722	732	735	744	743
Variação anual do consumo de eletricidade		1,4	0,3	1,3	-0,1
Comprimento de linhas AT/MT (km)	1909	1947	1970	1986	2 001
Potência de transformação em PT (MVA)	582	599	597	603	6 130
Perdas na rede (%)	6,5	6,2	6,3	6,4	6,3
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm) <sup>(1)</sup>	3:51	2:56	3:09	2:29	3:30
Zona A	2:29	2:02	2:00	1:30	1:33
Zona B	2:50	2:14	3:04	1:57	2:21
Zona C	4:57	3:40	3:49	3:11	4:56
Número consumidores <sup>(2)</sup>	122 759	125 339	124 194	125 140	126 113
MT	765	763	763	758	758
BT	121 994	122 576	123 431	124 382	125 355

<sup>(1)</sup> Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas

<sup>(2)</sup> Inclui instalações de consumo próprio

**Tabela 1 – Indicadores de atividade, de 2015 a 2019**

Número de Trabalhadores EDA					
	Género	2016	2017	2018	2019
EDA S.A.		110	112	114	123
		624	630	653	649
<b>Total</b>	 	<b>734</b>	<b>742</b>	<b>767</b>	<b>772</b>

Inclui trabalhadores cedidos

**Tabela 2 – Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2016 a 2019**

Matérias Sociais	2015	2016	2017	2018	2019
Custos com pessoal (mil €)	24 984	24 754	25 608	27 679	29 134
Benefícios sociais (mil €)	1 477	1 792	1 874	2 018	2 093
Investimento direto com formação (mil €)	283	253	208	327	255
Investimento direto com formação por colaborador (€/p)	390	345	281	427	330
Human Capital ROI <sup>(1)</sup> (€/p)	2,36	2,75	2,70	2,47	2,33

<sup>(1)</sup> Human Capital ROI = (Vendas e serviços prestados - CMVMC - FSE) / Gastos com Pessoal

Este indicador representa o retorno do investimento efetuado com os trabalhadores.

**Tabela 3 – Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)**

## 2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

### 2.1. Enquadramento Macroeconómico

#### A Economia Mundial

A economia mundial desacelerou no ano de 2018 e abrandou ainda mais na primeira metade de 2019, no entanto, indicadores recentes apontam para a manutenção de um ritmo moderado no segundo semestre. O abrandamento do PIB foi generalizado em termos geográficos afetando as economias avançadas, mas de forma mais pronunciada, as economias de mercado emergentes num quadro de tensões comerciais crescentes, deterioração da confiança e aumento da incerteza económica e política.

O crescimento global é estimado em 2,9% para o 4º trimestre de 2019 e para a totalidade do ano, de acordo com o World Economic Outlook, de janeiro de 2020.

Na economia dos EUA estima-se que o PIB tenha crescido 2,3%, em 2019.

A economia chinesa também contribuiu para esta desaceleração, uma vez que o PIB chinês cresceu 6,1% no ano de 2019, sendo a expansão mais baixa registada nos últimos 29 anos. Este valor traduz o ténue aumento do consumo interno e uma prolongada guerra comercial com os EUA.

Na Área Euro o crescimento desacelerou no final do ano de 2019, tendo registado no conjunto do ano um PIB de 1,9%, valor este inferior ao de 2018.

Segundo a OCDE, a pandemia do novo coronavírus proporcionou o terceiro e maior choque económico a nível financeiro e social do século XXI, após o 11 de setembro e a crise financeira mundial de 2008. Conciliar uma crise de saúde global com uma crise económica e financeira de grande dimensão colocará as sociedades em grande tensão, uma vez que, mesmo após o pior da crise de saúde, as pessoas serão confrontadas com a recessão de empregos que se seguirá. Antes do surto do novo vírus, a economia mundial já exibía uma série de vulnerabilidades, que agora se acentuarão com a crise que o COVID-19 causou. Embora seja muito cedo para medir o impacto a longo prazo, é cada vez mais provável que o PIB mundial diminua nos próximos trimestres de 2020. Segundo as projeções do Banco de Portugal de março de 2020, num cenário base e num cenário adverso, o PIB da economia mundial decrescerá -1,8% e -4,6%, respetivamente.



### **Economia dos Estados Unidos da América**

As últimas estimativas avançadas para o PIB americano, divulgada pelo *Bureau of Economic Analysis*, apontam para que esta economia tenha crescido 2,1% no 3º e 4º trimestre de 2019. Em termos anuais, o PIB real aumentou 2,3%, em 2019, 0,6 p.p. a menos do valor registado em 2018.

O abrandamento do PIB no ano de 2019, em relação a 2018, reflete predominantemente a desaceleração no investimento empresarial, devido a tensões comerciais com os principais parceiros dos EUA. As importações aumentaram menos em 2019, do que em 2018. O crescimento estável no final de 2019, foi em grande parte resultado de uma melhoria no setor externo e de gastos públicos mais relevantes, compensados por uma maior redução de stocks e menores gastos dos consumidores.

O índice de preços PCE (Personal Consumption Expenditure) aumentou 1,4% em 2019, comparativamente ao aumento de 2,4% em 2018. Excluindo a componente mais volátil relativa à energia e produtos alimentares, o índice aumentou 1,6%, crescimento que compara com 1,9% registado em 2018.

A economia dos EUA também será afetada pela pandemia do novo coronavírus. Em março de 2020 republicanos e democratas chegaram a um acordo para avançar com o maior plano de estímulos à economia na história dos EUA, em resultado do COVID-19. Neste plano consta o apoio direto aos hospitais e sistemas de saúde, o apoio às empresas, especialmente para as mais pequenas, subsídios de desemprego, entre outros apoios.

### **Economia Japonesa**

A economia nipónica sofreu uma contração de 6,3%, em termos anualizados, no último trimestre de 2019, um valor muito superior à quebra de 3,6% que estava prevista. O PIB assinala um decréscimo de 1,6%, valor este superior ao esperado. A subida dos impostos sobre as vendas e os desastres naturais tiveram um impacto significativo no PIB japonês, resultando na maior descida desde o segundo trimestre de 2014, quando a economia japonesa decresceu 7,4%, após o Governo ter aumentado os impostos sobre as vendas.

Ao nível do setor externo, as exportações diminuíram 6,3%, em dezembro, comparativamente com o ano anterior, após a queda de 7,9% em novembro, marcando assim o décimo terceiro declínio consecutivo. Esta redução foi pior do que o valor estimado para o mercado de exportação (5,2%), refletindo quedas acentuadas nas exportações para os EUA e Coreia. Quanto às importações, sofreram um decréscimo de 4,9% em dezembro, após uma redução de 15,7% em novembro.

Existe uma grande probabilidade de a economia sofrer outra contração no primeiro trimestre de 2020. O surto do novo coronavírus, além de ter obrigado ao adiamento dos Jogos Olímpicos de 2020, para o verão de 2021, terá um impacto significativo na chegada de turistas, nas exportações e poderá, também, pesar no consumo doméstico. Caso o PIB volte a recuar no período de janeiro a março de 2020, o Japão entrará em recessão técnica, ou seja, dois trimestres consecutivos de crescimento negativo.

## Economia Chinesa

A economia chinesa terminou o ano de 2019 com uma base relativamente sólida, apresentando um crescimento de 6,1%, mas registando uma queda de 0,5 pontos percentuais, face ao ano homólogo (6,6%), sendo a mais baixa expansão desde 1990. Este valor traduz a desaceleração do crescimento da economia chinesa devido ao ténue aumento do consumo interno e uma prolongada guerra comercial com Washington.

Em termos nominais, a economia da China ascendeu os 12,94 biliões de euros (99,09 biliões de yuan) de riqueza no decurso de 2019. O investimento em ativos fixos registou um aumento de 5,4%, totalizando 8,02 triliões de euros (55,15 triliões de yuan). De salientar o crescimento notório de 17,3% no investimento em indústrias de alta tecnologia. Produtos com alto valor agregado e direitos de propriedade intelectual, representados por equipamento eletrónico e tecnologia de informação, tornaram-se gradualmente cada vez mais importantes no crescimento e são, conseqüentemente, impulsionadores da reestruturação económica e da modernização industrial.

O recente surto de um novo coronavírus em dezembro de 2019, levou a que milhões de pessoas permanecessem em quarentena e fechadas em casa, praticamente em todo o país. A atividade económica foi reduzida ao mínimo e as fronteiras nacionais e internacionais encerradas. O impacto desta pandemia na segunda maior economia do mundo ainda está por avaliar, no entanto, deverá ser significativo.

## Economia da Zona do Euro

A economia da zona do euro desacelerou de modo acentuado no último trimestre de 2019, depois do aumento registado no terceiro trimestre. Em 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu na UE 1,5% e 1,2% na área do euro, contra os 2,1% e 1,9% respetivamente em 2018.

A atividade económica na UE e na área do euro foi mais moderada no segundo semestre de 2019, devido ao abrandamento do crescimento do comércio internacional, numa conjuntura de incertezas persistentes a nível mundial particularmente no setor industrial, afetando negativamente o crescimento do investimento.

O consumo final das famílias, bem como a formação bruta de capital fixo, contribuíram positivamente para o crescimento do PIB, no 4º trimestre de 2019, em ambas as zonas. Por sua vez, o saldo externo e as variações nos inventários tiveram um contributo negativo para o crescimento do PIB também em ambas as zonas. A dinâmica de investimento, em 2019, mostrou-se particularmente vulnerável ao enfraquecimento da procura interna e externa e o setor industrial mostrou-se em dificuldade.

A persistência das incertezas à volta do Brexit, das políticas comerciais, nomeadamente, entre os EUA e a China e as tensões geopolíticas fizeram o sentimento económico cair em 2019. O surgimento da pandemia COVID-19, ainda no final de 2019, cujo impacto no mundo está a superar as piores previsões económicas, nomeadamente da OCDE, que pediu um esforço coordenado de governos e bancos centrais, constitui-se como o principal factor para o início de um período de recessão que se avizinha. Acresce ainda o colapso do preço do petróleo, após o início da guerra de preços entre a OPEP e os seus aliados.

A inflação global na área do euro, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) foi de 1,3% em dezembro de 2019 (1,5% em 2018). Nas mais recentes projeções, o BCE prevê uma diminuição para



1,1% em 2020, voltando a aumentar até aos 1,6%, em 2022. A diminuição, em 2020, é explicada por uma descida acentuada da componente energética do IHPC, refletindo a recente queda nos preços do petróleo. As implicações da propagação da COVID-19, em matéria de inflação, estão rodeadas de considerável incerteza. No médio prazo, prevê-se que a inflação, excluindo produtos energéticos e alimentares, aumente gradualmente, suportada pela recuperação gradual da atividade, por um crescimento dos salários relativamente robusto num contexto de rigidez do mercado de trabalho e de recuperação das margens de lucro.

Em dezembro, o desemprego situou-se nos 6,2% na UE e 7,4% na área do euro, o nível mais baixo registado na área do euro, desde maio de 2008 (6,6% e 7,8% na UE e na área do euro, respetivamente, em dezembro de 2018). Nos últimos anos, a economia europeia continua a beneficiar de melhores condições do mercado de trabalho, porém persistem diferenças substanciais nas taxas de desemprego dos diferentes Estados Membros. A estimativa da taxa de emprego anual para 2019 é de 1,1% na área euro e de 1% na EU.

A pandemia de COVID-19 representa um choque económico adverso com efeitos muito significativos e potencialmente prolongados no tempo, na atividade da área do euro, pelo menos no curto prazo, afetando tanto a oferta como a procura. As rigorosas medidas de confinamento adotadas afetarão adversamente o lado da oferta da economia e terão também repercussões negativas consideráveis na procura, afetando certos setores de forma desproporcionada (por exemplo, o turismo, os transportes e os serviços recreativos e culturais).

Neste sentido, o BCE tem vindo a anunciar um pacote abrangente de medidas de política monetária que junto ao estímulo substancial da política monetária já em vigor, visam principalmente assegurar tanto uma liquidez abundante, como condições favoráveis de acesso ao crédito para as empresas e as famílias, criando, assim, um ambiente financeiro favorável, que torne a economia da zona euro resiliente.

### **Economia Portuguesa**

De acordo com a estimativa rápida divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, o PIB da economia portuguesa cresceu 2,2% em volume no último trimestre de 2019, sofrendo um aumento de 0,3% relativamente ao trimestre anterior. O contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB foi positivo no quarto trimestre, após ter sido negativo nos trimestres anteriores, observando-se uma aceleração das exportações, bem como uma desaceleração das importações de bens e serviços.

Para a totalidade do ano de 2019, o PIB aumentou 2,0% em volume, menos 0,4 pontos percentuais que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o abrandamento do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo ligeiramente menos negativo que no ano de 2018.

Nos números do desemprego registaram-se igualmente descidas quer na taxa de desemprego, quer no número de desempregados. Assim, a população desempregada, estimada em 339,5 mil pessoas em 2019, diminuiu 7,2% em relação ao ano anterior, isto é, menos 26,4 mil. A taxa de desemprego fixou-se em 6,5% em 2019, inferior 0,5 p.p. em relação à verificada em 2018.





Em termos de inflação, em 2019, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de 0,3% (1,0% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média situou-se em 0,5% em 2019 (0,7% no ano anterior). Salienta-se que em dezembro de 2019, o IPC registou uma variação homóloga de 0,4%, taxa superior em 0,1 pontos p.p. à observada em novembro.

Também se tem observado em Portugal o abrandamento das exportações e da indústria. Em contraste, o setor dos serviços permanece relativamente imune, o que tem permitido a continuação de uma situação favorável no mercado de trabalho.

Devido à pandemia do novo coronavírus a atividade económica encontra-se quase estagnada em sectores fundamentais para a economia portuguesa, sendo uma recessão o cenário mais provável, onde a sua dimensão irá depender da duração da crise sanitária. As medidas de contenção do novo vírus conduzirão a impactos negativos diretos na atividade económica, visto que a economia portuguesa é das que dependem mais do turismo e do consumo. De acordo com as projeções do Banco de Portugal de março de 2020, estima-se que o PIB português em 2020 seja de -3,7% num cenário base e de -5,7% num cenário adverso.

### **Economia Regional**

A economia regional apresenta uma evolução favorável em 2019 em diversos indicadores, nomeadamente, o Indicador de Atividade Económica (1,8%) publicado pelo SREA, a criação líquida de emprego (1,7%), as taxas positivas do leite entregue nas fábricas (2,6%), da pesca descarregada (32,9%), do gado abatido, do consumo de energia do comércio e serviços (0,5%), do licenciamento (18,9%), da venda de produtos alimentares (2,6%), das dormidas (mais de 12%), dos passageiros desembarcados (cerca de 4%) e da venda de automóveis (5,6%).

A taxa de desemprego em 2019, embora tenha ficado acima da média nacional (6,7%), situando-se nos 7,9%, regista uma diminuição de 0,7 p.p. relativamente a 2018 (8,6%).

No setor primário, verificam-se melhorias, mais concretamente no agropecuário. Assistiu-se a um acréscimo de 0,4% na quantidade de leite entregue na indústria, com um total de 635 milhões de litros face aos 632 milhões de litros registados em 2018. A produção de leite para consumo, em 2019, decresceu 12,7% face ao ano anterior. A produção de leite em pó diminuiu 0,2% e a produção de queijo cresceu 9,5%.

No mesmo setor de atividade, o segmento da produção de carne bovina, suína e de aves para abate registou um aumento de 2,6%, em 2019. Por categorias, o abate de bovinos, de suínos e aves aumentou 0,3%, 9,0% e 2,6%, respetivamente.

Em termos da atividade piscatória o ano de 2019 foi caracterizado por uma diminuição na ordem dos 30,8% da quantidade total do pescado descarregado em lota, totalizando 8,2 mil toneladas, face às 11,8 mil toneladas de 2018.

O indicador de emprego apresenta uma evolução de 4,6%, exibindo assim indicadores de atividade globalmente favoráveis relativamente ao seu desempenho no ano. Quanto aos derivados do leite, a produção de leite em pó, a produção de manteiga e a produção de iogurte registam um decréscimo face a 2018, de, aproximadamente 0,2%, 10,5% e 0,6%, respetivamente. Em contrapartida, a produção de queijo apresenta um aumento de 9,5%. O setor da construção apresenta uma evolução desfavorável com as vendas de cimento a

diminuírem 14,8%, sendo a quantidade vendida em 2019 inferior à de cada um dos anos de 2016, 2017 e 2018. O decréscimo relativamente a 2018 foi propulsionado pela diminuição da produção própria do cimento, tendencialmente produzido localmente pela Cimentação, e pelo aumento da sua aquisição ao exterior da R.A.A.

Por outro lado, verifica-se que o consumo de energia dos setores industrial diminuiu 1,6%, enquanto que o consumo doméstico e do comércio e serviços aumentou 1,9% e 0,4%, respetivamente. O setor elétrico na Região Autónoma dos Açores, registou, um ligeiro decréscimo de 0,1% no consumo, totalizando 743 GWh consumidos, incluindo o consumo próprio, face aos 744 GWh de 2018. Verifica-se, simultaneamente, uma diminuição pouco significativa da emissão de energia elétrica, de 0,2%, totalizando 793 GWh face aos 795 GWh de 2018.

No setor terciário, o turismo voltou a apresentar-se como o principal motor de crescimento da economia regional, devido ao modelo de transporte aéreo entre a Região Autónoma dos Açores e o continente português, que contemplou a liberalização das rotas das ilhas de São Miguel e Terceira através de operações aéreas de baixo custo (*Low-Cost*). Em 2019, apresentou taxas de crescimento de 16,3% relativamente ao número de hóspedes e de 17,7% ao nível das dormidas registadas.

Em 2019, registou-se um crescimento de 5,2% no número de passageiros desembarcados. Por tipo de voo, a maior taxa de variação anual registou-se nos territoriais com 9,4%, seguida dos voos inter-ilhas (3,8%). Em sentido inverso, os passageiros desembarcados em voos internacionais tiveram um decréscimo de 5,9%. Em termos de receitas totais, que se cifram em 107 423 mil euros em 2019, o crescimento é mais expressivo (10,8%), em comparação com os 96 977 mil euros registados em 2018.

No que toca à distribuição dos mercados emissores, o mercado nacional é um dos principais emissores de turistas para o arquipélago, com um desempenho muito positivo, representando 53,5% do total de hóspedes e 46% do total das dormidas registado nas Estatísticas do Turismo da RAA até dezembro de 2019. O mercado emissor estrangeiro que apresentou maior representatividade é o alemão com cerca de 18,9% do número de hóspedes estrangeiros e um total de mais de 223 mil dormidas.

De referir que, em dezembro de 2019 os Açores receberam o certificado de destino turístico sustentável, através da certificadora *EarthCheck* e ao abrigo dos rigorosos critérios da *Global Sustainable Tourism Council* (GSTC). É a primeira região de Portugal, bem como o primeiro e único arquipélago do mundo com esta certificação. É considerado o destino de referência com a mais alta percentagem de área de conservação de habitats e de área verde, entre outros parâmetros que foram considerados.

O aumento do nível dos preços medido pela taxa média de inflação em dezembro foi de 0,47% (a média nacional foi 0,34%) acompanhando o crescimento da atividade na Região. Analisando a taxa homóloga, verifica-se que o cabaz de bens e serviços sofreu um acréscimo de cerca de 0,98%, face a dezembro do ano anterior.

## 2.2. Enquadramento Setorial

### EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 44,9% do total, seguido dos usos domésticos e industriais que representam 33,7% e 17,3%, respetivamente.

**Na estrutura do consumo de electricidade predomina o setor do comércio e serviços**

A maior concentração geográfica de clientes está nas ilhas de S. Miguel e Terceira, que são responsáveis por 79,1% do consumo de energia elétrica e 73,1% do número de instalações.

Após um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica (2015-2018), verificou-se, em 2019, uma taxa de decréscimo de 0,2%.

No último ano a taxa de decréscimo do consumo *per capita*<sup>i</sup> na Região foi de 0,12%, correspondendo a 3 061 kWh/habitante. Registou-se o maior valor na ilha da Santa Maria, com 3 406 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha das Flores, com 2 910 kWh/habitante. O consumo *per capita*, relativamente ao mesmo indicador do Continente, encontra-se aquém, em cerca de 36%, enquanto face à média da UE27 apresenta um valor inferior em cerca de 45%.

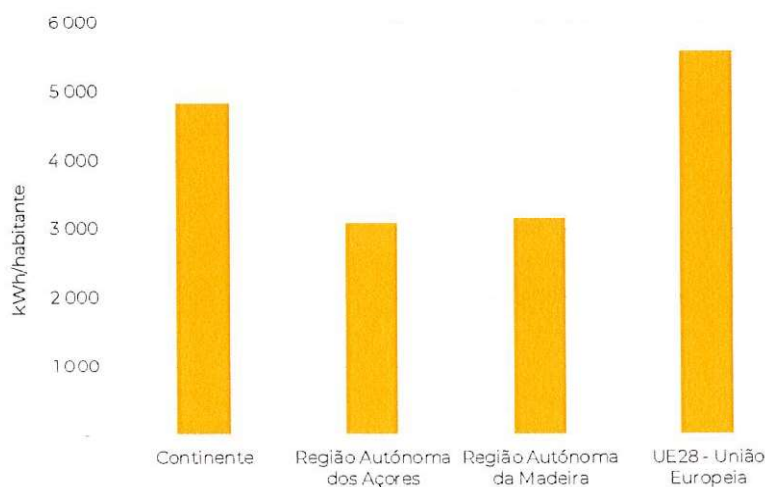
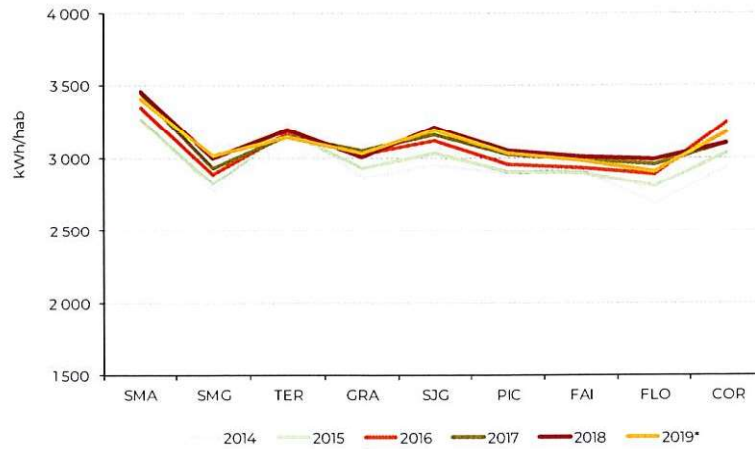


Gráfico 4 – Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27<sup>ii</sup>

<sup>i</sup> No cálculo do consumo anual *per capita*, foram utilizadas as estimativas do número de habitantes publicadas pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores para o ano de 2018. Para 2019, foram utilizados o Consumo de 2019 e estimativa do número de habitantes de 2018.

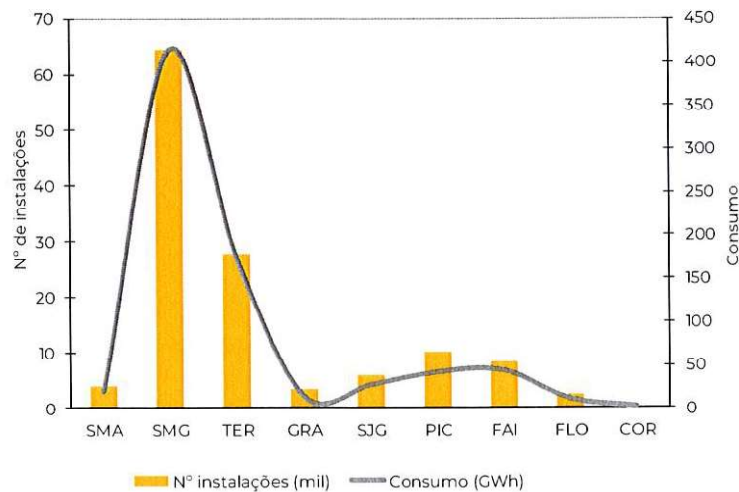
<sup>ii</sup> Fontes: Portugal, RAA e RAM – Dados provisórios do número de habitantes INE 2018 e dados de consumo de energia DGEG 2018

UE27: PORDATA (dados provisórios relativos a 2018)



**Gráfico 5 - Consumo per capita de 2014 a 2019**

\* - Consumo de 2019 e estimativa do número de habitantes de 2018



**Gráfico 6 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2019**

Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios

Nos Açores, em 2019, houve um decréscimo do consumo de eletricidade de 0,1%, de onde se destaca a evolução positiva no segmento do consumo doméstico e, em sentido oposto, a redução do consumo nos segmentos do comércio e serviços, incluindo serviços públicos, industriais e iluminação pública. A redução mais significativa verificou-se no segmento da iluminação pública (5,9%), em parte explicada pelo aumento da eficiência energética.

## EMIÇÃO PRÓPRIA E AQUISIÇÃO DE ENERGIA

A emissão própria e aquisição anual de eletricidade atingiu os 793 GWh, correspondendo a um decréscimo de 0,2% relativamente ao ano anterior. A emissão própria, de origem térmica, contribuiu com 61,7%, destacando-se a emissão a fuelóleo, com 54,2%. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável e de recursos endógenos, totalizou 304 GWh, representando 38,3% da energia injetada na rede, com preponderância para a de origem geotérmica que representou cerca de 24,1% do valor total.

**Em 2019, a energia renovável e de recursos endógenos representou 38,3% da emissão de energia na RAA**

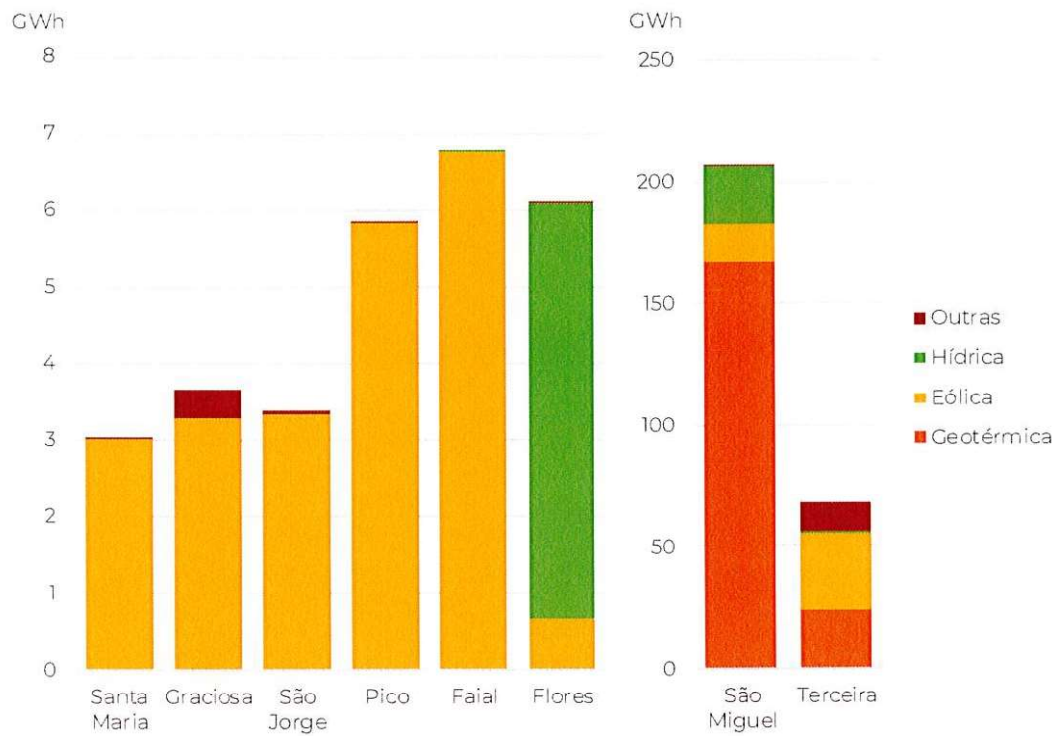
Encontram-se em curso investimentos no âmbito das energias renováveis, que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis nos Açores, nomeadamente sistemas de armazenamento e de controlo de tensão e frequência, reveste-se da maior importância, não só por diminuir a dependência da Região dos combustíveis fósseis, mas também por respeitar o ambiente.

Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, no Plano Anual Regional de 2019, constante do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2019/A, está previsto um projeto designado por EcoMob(in)Açores, que se traduz na implementação dum programa de mobilidade elétrica, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética. Neste âmbito, está em curso a implementação de uma rede pública de pontos de carregamento rápido, em todos os concelhos dos Açores.

	GWh					
	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 18/19
Emissão própria	496,2	515,8	490,3	483,4	489,5	1,3
Fuel	428,5	452,7	425,9	418,5	429,9	2,7
Gasóleo	67,7	63,1	64,4	64,9	59,5	-8,2
<b>Aquisição</b>	<b>275,4</b>	<b>264,7</b>	<b>294,1</b>	<b>311,3</b>	<b>304,0</b>	<b>-2,3</b>
Hídrica	24,3	30,7	29,4	26,5	29,6	11,7
Geotérmica	182,0	152,4	193,0	204,2	191,5	-6,2
Eólica	68,7	72,5	62,2	66,6	69,8	4,8
Outras	0,4	9,1	9,5	14,1	13,1	-6,7
<b>Total</b>	<b>771,5</b>	<b>780,5</b>	<b>784,4</b>	<b>794,7</b>	<b>793,5</b>	<b>-0,2</b>

Outras: Biogás, central das ondas, microgeração, RSU, fotovoltaica e aquisição térmica.

**Tabela 4 – Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2015 a 2019**



Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and some illegible text.

Gráfico 7 – Aquisição de energias renováveis/recursos endógenos (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2019

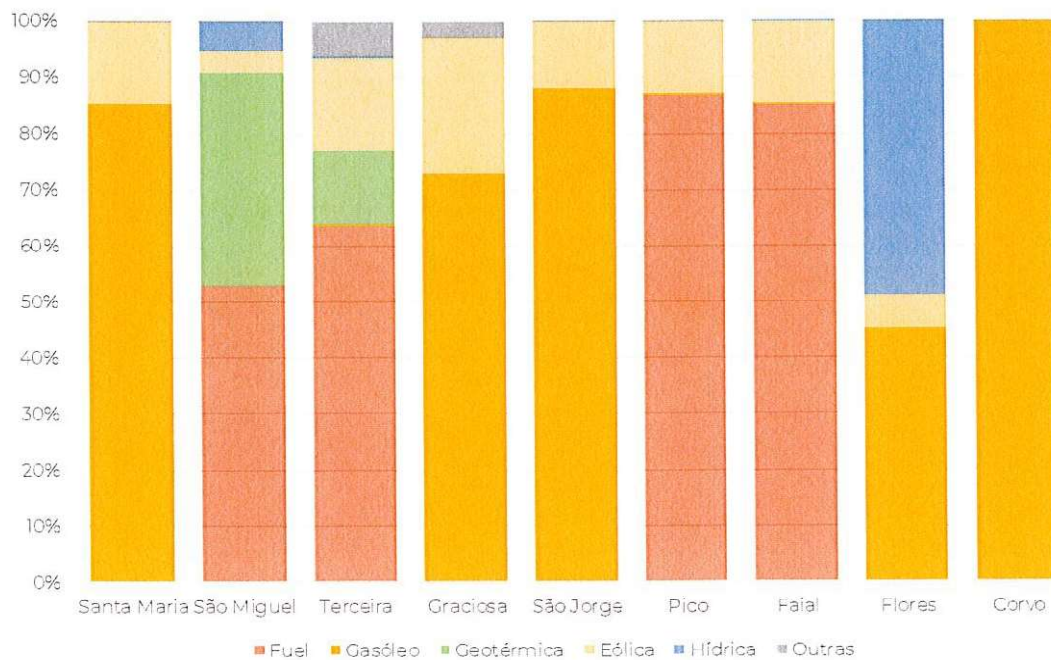


Gráfico 8 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2019

### 2.3. Regulação Económica

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de acordo com o Regulamento Tarifário, onde, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

**Na RAA, as tarifas de electricidade são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.**

Em Portugal Continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Através da Portaria n.º 83/2020, de 1 de abril, foi fixado o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal, que não exerçam o direito de mudança para um comercializador de mercado livre, em 31 de dezembro de 2025, enquanto que a extinção das tarifas transitórias para os fornecimentos de eletricidade em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE), foram fixados em 2021 e 2022, respectivamente.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico, não se aplicam na RAA, atendendo a que a Diretiva<sup>iii</sup> que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade, foi parcialmente derogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário, de 18 de janeiro de 2019, inscrito no Artigo 158, n.º 3, o seguinte:

*"3 - A estrutura dos preços das tarifas de Venda a Clientes Finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal continental, aplicáveis a fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) as variações dos preços de energia nos mercados grossistas."*

Aquando da divulgação (15 de dezembro de 2019) das tarifas e preços de energia elétrica para 2020<sup>iv</sup>, o regulador referiu:

*"No caso da Região Autónoma do Açores (RAA) é aplicada a tarifa de Venda a Clientes Finais, não estando prospetivada a liberalização do mercado de eletricidade nessa região. Ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, nas Regiões Autónomas os comercializadores de último recurso continuam a desempenhar o papel de fornecedor em todos os segmentos de consumo."*

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos

<sup>iii</sup> Diretiva 2009/72/CE, transposta para a legislação portuguesa através do DL 78/2011 de 20 de junho e DL 215-B/2012 de 8 de outubro

<sup>iv</sup> Estrutura Tarifária do Setor Elétrico em 2020, (Pág. 48)

parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+2, o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste procedimento, referente ao ano n. Refira-se, também, a existência de um mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível da tarifa social e do custo com capital das atividades reguladas, efetuado no ano n+1.

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto da RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

### Períodos regulatórios 2003-2017

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA – Electricidade dos Açores, S. A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa. A partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap*, com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Quanto à atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, manteve-se o mesmo tipo de regulação baseada em custos aceites e na aplicação de uma taxa de remuneração sobre os ativos líquidos.

**As tarifas na RAA, desde 2003, são fixadas anualmente pela ERSE.**

No período de regulação 2012-2014, a ERSE, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, reviu as metodologias de regulação das atividades desenvolvidas pela empresa.

A atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, foi sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com operação e manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, manteve-se a regulação por *price cap*. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX passou a ter, a partir de 2012, uma regulação por custos aceites.

Relativamente à remuneração dos ativos (2015-2017), o regulador manteve a mesma metodologia de equiparação do custo de capital a aplicar a cada uma das atividades da EDA, com as atividades equivalentes às do Continente. Face ao anterior período regulatório, destaca-se a alteração verificada no indexante para





determinação do custo de capital, passando a utilizar-se as *yields* das OT a 10 anos (em substituição dos CDS<sup>v</sup>), mantendo-se, assim, a indexação do valor do custo de capital base à evolução dos mercados.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário<sup>vi</sup>, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,
- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

A ERSE apresentou, em dezembro de 2016, o documento intitulado “Aplicação dos resultados do estudo para definição de custos de referência para aquisição de combustíveis nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira” aplicando retroativamente a 2015, os parâmetros resultantes do estudo realizado, tendo sido alargado o seu âmbito ao gasóleo e ao gás natural para produção de eletricidade.

### Período Regulatório 2018-2020

Para o período regulatório 2018-2020, a ERSE manteve as metodologias de regulação, designadamente:

**AEEGS** – Atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema

OPEX - regulação por *revenue cap* e custos aceites em base anual para aquisição de energia eléctrica, amortizações, combustíveis e lubrificantes e gastos com manutenção.

**As metodologias de regulação aplicadas à EDA, no âmbito do OPEX são:**

**AEEGS - regulação por *revenue cap* e custos aceites em base anual para a aquisição de energia eléctrica, amortizações, combustíveis, lubrificantes e gastos com manutenção.**

**DEE e CEE – regulação através de *price cap*.**

**O CAPEX tem uma regulação por custos aceites em base anual**

**DEE e CEE** – Distribuição de Energia Elétrica e Comercialização de Energia Elétrica

OPEX - regulação através de *price cap*.

Para todas as atividades reguladas, o CAPEX terá uma regulação por custos aceites.

Relativamente ao referencial do gasóleo, o indexante foi alterado<sup>vii</sup>, passando a considerar-se, no período regulatório 2018-2020, a média ponderada do preço do gasóleo de 14 países<sup>viii</sup> da União Europeia, para o produto “Automotive Gas Oil” retirados do “Weekly Oil Bulletin” da Comissão Europeia.

<sup>v</sup> CDS – Credit Default Swap

<sup>vi</sup> Regulamento Tarifário de 18 de janeiro de 2019 – Artigo 112.º

<sup>vii</sup> De 2015 a 2017 o referencial do preço para o gasóleo correspondeu aos valores publicados no “Weekly Oil Bulletin” da Comissão Europeia, do produto “Automotive Gas Oil”

<sup>viii</sup> Os países considerados são: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido e Suécia

A EDA desenvolve, assim, as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

De referir que a Lei 12/2008, de 26 de fevereiro, relativa aos serviços públicos essenciais, determinou que os custos com contadores de energia deixassem de ser considerados no cálculo das tarifas de energia elétrica, em resultado da proibição da cobrança aos utentes de qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspeção periódica de contadores ou qualquer outra taxa de efeito equivalente independentemente da designação utilizada. Esta Lei, teve como consequências a diminuição da base de ativos a amortizar e a remunerar a partir de 2009, no âmbito da determinação do sobrecusto da atividade de distribuição de energia elétrica.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016. Esta remuneração tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

O Regulamento Tarifário<sup>ix</sup> prevê um incentivo ao investimento em rede inteligente, visando "*estimular os operadores das redes de distribuição a realizar projetos piloto e investimentos nas redes de distribuição no âmbito do conceito de redes inteligentes, tendo como objetivo a redução de custos de exploração e a obtenção de outros benefícios quantificáveis na ótica de outros agentes do Sistema Elétrico Nacional, nomeadamente para os consumidores servidos pelo operador que realiza os investimentos.*"

---

<sup>ix</sup> - Regulamento Tarifário de 18 de janeiro de 2019 – Artigo 132.º

### 3. DESEMPENHO

#### 3.1. Comercial

No ano de 2019, o consumo de eletricidade ascendeu a 743 GWh, resultando num decréscimo global de 0,1% relativamente ao ano anterior, verificando-se um aumento da procura na baixa tensão de 0,6% e um decréscimo na média tensão de 1,3%.

No mesmo ano, a rede de distribuição abasteceu 126 113 clientes, correspondendo a uma variação de 0,8%.

	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 18/19
<b>Nº de Clientes</b>	122 759	123 339	124 194	125 140	126 113	0,8
<b>Baixa Tensão</b>	121 994	122 576	123 431	124 382	125 355	0,8
<b>Média Tensão</b>	765	763	763	758	758	0,0
<b>Consumo de Energia (GWh):</b>	721,7	732,1	734,6	744,3	743,4	-0,1
<b>Doméstico</b>	241,8	243,9	243,2	245,5	250,2	1,9
<b>Comércio e Serviços</b>	246,6	253,9	254,8	260,4	261,3	0,4
<b>Serviços Públicos</b>	77,3	74,6	76,2	77,3	74,6	-3,5
<b>Industriais</b>	125,3	128,9	129,9	130,9	128,9	-1,6
<b>Iluminação Pública</b>	30,8	30,8	30,4	30,1	28,4	-5,9

Tabela 5 - Número de clientes e consumo por clientes de 2015 a 2019

#### Faturação de energia elétrica

A faturação de energia elétrica atingiu, em 2019, o montante de 115 milhões de euros, dos quais 80,7 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão, que representam 70,2% do total, e os restantes 34,3 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. De realçar que estes últimos constituem cerca de 29,8% da faturação de energia total, embora concentrados em apenas 0,6% do número de contratos de fornecimento de energia elétrica.

**Em 2019, a faturação de energia eléctrica atingiu o montante de 115 milhões euros**

O valor de faturação apresenta um acréscimo de 1,5%, face a 2018, tendo o preço médio de venda registado um acréscimo de 1,6%, tendo a procura de energia elétrica (sem consumos próprios) registado uma contração de 0,1%.

	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Faturação (mil €) *</b>	113 614	114 923	114 760	113 341	115 024
Média Tensão	33 812	34 064	34 260	34 554	34 286
Baixa Tensão	79 802	80 859	80 500	78 787	80 738
<b>Energia Faturada (GWh) **</b>	720,2	730,2	732,8	742,5	741,5
Média Tensão	278,9	282,1	282,5	286,7	283,0
Baixa Tensão	441,2	448,1	450,3	455,8	458,5
<b>Preço Médio Venda (c€/kWh)</b>	15,78	15,74	15,66	15,27	15,51
Média Tensão	12,12	12,07	12,13	12,05	12,11
Baixa Tensão	18,09	18,05	17,88	17,29	17,61

\* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.

\*\* Não inclui consumos próprios

Tabela 6 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2015 a 2019

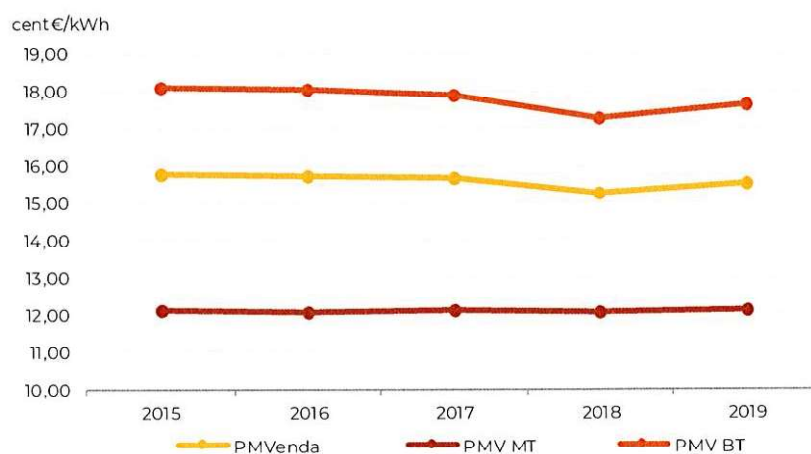


Gráfico 9 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2015 a 2019

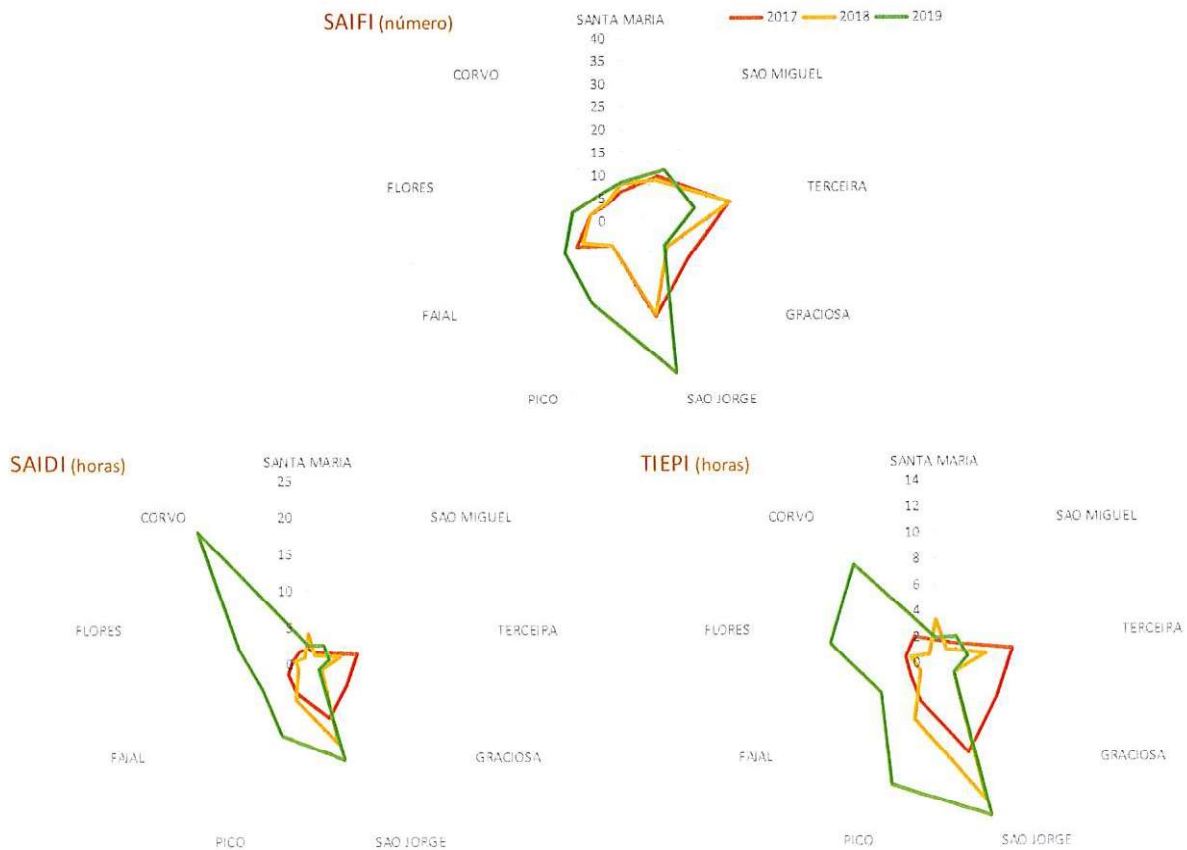
*de*

**Indicadores de continuidade de serviço**

A disponibilidade do fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA ou resultantes de problemas nas instalações dos clientes.

Em 2019, verifica-se um aumento da frequência média de interrupções face ao ano anterior, excepto nas ilhas Terceira e Graciosa. Esta variação é mais relevante na ilha do Pico. Nesta ilha, este aumento resulta sobretudo de incidentes ao nível das redes, devido a causas próprias e a razões de segurança na central termoelétrica. Na generalidade das ilhas verifica-se um aumento da duração média de interrupções em pontos de entrega da rede de média tensão, com exceção de Santa Maria, Terceira e Graciosa. Os acréscimos mais significativos deram-se nas ilhas do Corvo, Flores e Faial. O indicador tempo médio de interrupções apresenta reduções nas ilhas de Santa Maria e Terceira, tendo evoluído em sentido contrário nas restantes ilhas.

*f*  
*pe*  
*rg*



**Gráfico 10 - Indisponibilidades totais por ilha de 2017 a 2019**

## 3.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2019, pautou-se pela continuidade da adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e conseqüente elevado nível de salinidade no ar, mas também pela regular passagem pela Região de intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto para esta atividade. Ainda no

âmbito da manutenção e conservação das instalações destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação já não garanta a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que, este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter essas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de não ser fácil em todas as ilhas recrutar mão-de-obra jovem e com competências para as atividades mais importantes. É importante salientar o recurso à formação interna, aproveitando o "know-how" e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil constituem uma boa equipa de formadores internos.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as ilhas, a gestão da manutenção através de uma única

plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

**A EDA tem procurado de forma sistemática as soluções técnicas e materiais mais adequadas às exigentes condições climatéricas, que ocasionalmente se verificam na RAA**

**O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, encontra-se certificado desde 2014, segundo a Norma ISO 9001 e abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação**

## Manutenção Preventiva

No ano de 2019, as ações de manutenção, ao nível do transporte e distribuição, seguiram a mesma tendência de anos anteriores.

### Subestações e rede MT/AT

A tabela seguinte apresenta o número de ações de manutenção aos equipamentos das Subestações da EDA e da rede MT/AT ao longo dos últimos anos:

	2015		2016		2017		2018		2019	
Nº Equip. SE	769		769		816		824		925	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Nº Manutenções	269	13%	271	13%	284	14%	273	14%	307	15%
Rede Aérea (km)	1422		1429		1447		1463		1485	
	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%
Inspecções	252	18%	300	21%	465	32%	412	28%	204	14%
Manutenções	322	23%	178	12%	192	13%	235	16%	233	16%

**Tabela 7 – Ações de manutenção em subestações MT/AT de 2015 a 2019**

Em 2019, foram inspecionadas 14% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 16% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9 506, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 1336 apoios (14%) e efetuadas intervenções de manutenção em 1550 apoios (16%).

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT, num total de 599, foram efetuadas intervenções de manutenção a 265 equipamentos (44%).

### Postos de Seccionamento e Transformação

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção dos PST, realizadas desde 2015:

Ano	2015		2016		2017		2018		2019	
Nº PST	1285		1300		1326		1357		1393	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Inspecções	938	73%	581	45%	715	54%	760	56%	805	58%
Manutenções	553	43%	723	56%	642	48%	744	55%	653	47%

**Tabela 8 – Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2015 a 2019**

Em 2019, foram inspecionadas 805 PST, tendo sido objeto de ações de manutenção 653 PST, de um total de 1393. Foram realizadas ações de manutenção aos sistemas de proteção, comando e controlo de 10 PST.

### Rede de Baixa Tensão

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção nas redes BT e IP, realizadas em 2019:

Nº Redes	Rede BT		Rede IP	
	1271		1127	
	Nº Redes	%	km	%
Inspecções	193	15%	-	-
Manutenções	173	14%	2093	186%

**Tabela 9 – Ações de manutenção em redes Baixa Tensão de 2015 a 2019**

Em 2019, foram inspecionadas 193 redes de baixa tensão, tendo sido objeto de ações de manutenção 173 redes de um total de 1 271.

Relativamente à rede de iluminação, foram efetuadas ações de manutenção a 2 093 redes de iluminação pública.

#### **Manutenção Condicionada**

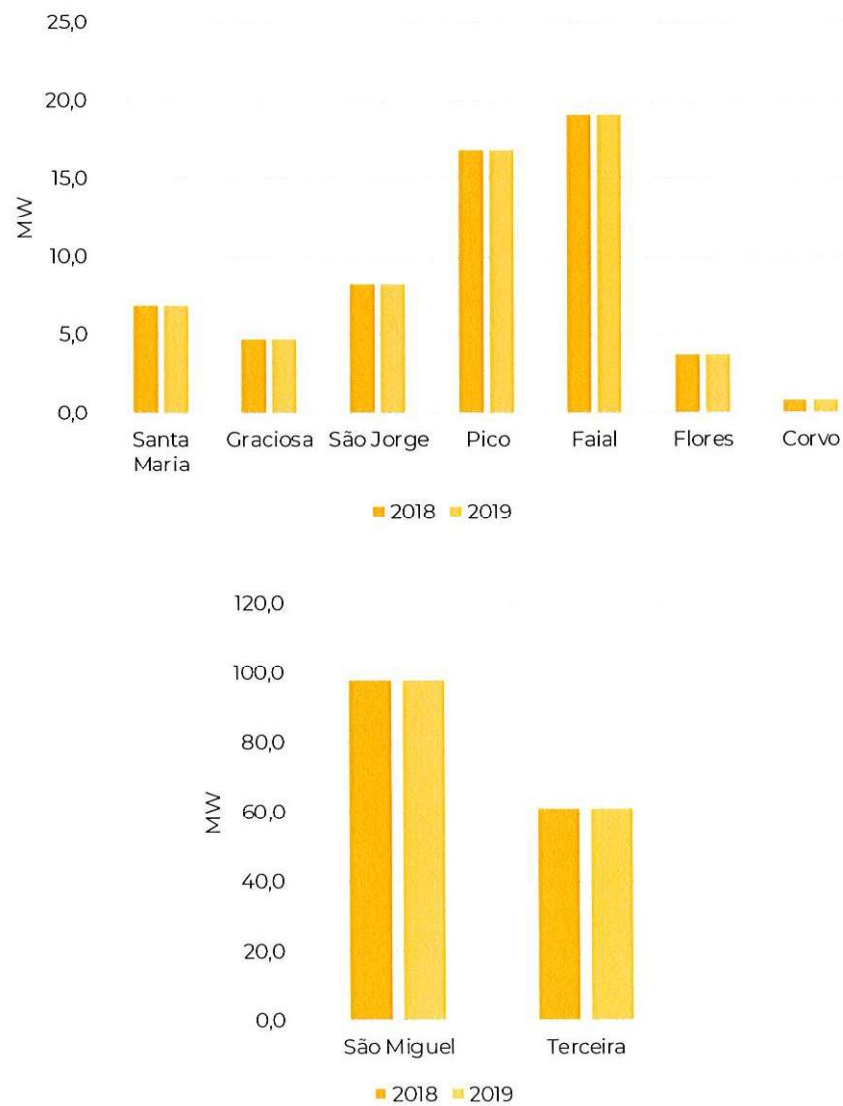
A manutenção preventiva condicionada, consistiu:

- em 312 inspeções de termografia num universo de 1 306 instalações, 4 subestações e 308 postos de seccionamento e transformação.
- na realização de análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos, em 36 transformadores.



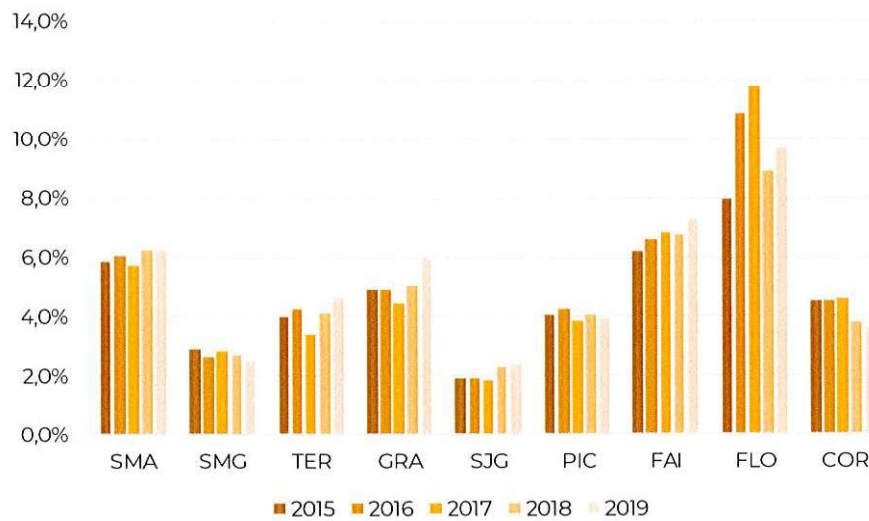
### 3.3. Produção

Em 2019, os sistemas eletroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas com uma potência total instalada de 219 MW.



**Gráfico II - Potência térmica instalada por ilha**

O Gráfico seguinte apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nos centros produtores.



O aumento percentual verificado na ilha das Flores de 2015 a 2017 deve-se ao aumento de aquisição de energia, a redução de 2017 para 2018 é resultante da situação inversa

**Gráfico 12 - Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha**

A emissão das ilhas de São Miguel e Terceira representa 55,5% e 23,6%, respetivamente, do total da energia emitida para as redes. Realça-se o facto das centrais do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, terem uma emissão correspondente a cerca de 44% do total da energia emitida na Região, o que é elucidativo da dificuldade na obtenção dos benefícios das economias de escala, face à descontinuidade geográfica dos Açores.

	GWh					
	2015	2016	2017	2018	2019	Var.% 18/19
<b>Santa Maria</b>	19,7	20,2	20,7	20,6	20,3	-1,5
<b>São Miguel</b>	415,8	424,1	427,8	436,9	440,4	0,8
<b>Terceira</b>	193,2	191,6	189,5	190,8	187,6	-1,7
<b>Graciosa</b>	13,3	13,5	13,6	13,4	13,5	0,4
<b>São Jorge</b>	27,8	28,4	28,8	28,9	28,6	-1,1
<b>Pico</b>	43,6	44,2	44,9	44,9	44,8	-0,1
<b>Faial</b>	45,7	45,9	46,3	46,3	45,6	-1,6
<b>Flores</b>	11,0	11,1	11,3	11,4	11,1	-2,7
<b>Corvo</b>	1,5	1,6	1,6	1,6	1,6	4,4
	<b>771,5</b>	<b>780,5</b>	<b>784,4</b>	<b>794,7</b>	<b>793,5</b>	<b>-0,2</b>

**Tabela 10 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2015 a 2019**

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no 2º semestre de cada ano.

Verificaram-se exceções em 2015, na ilha das Flores, em 2016 na Graciosa, em 2017 no Corvo, em 2018 na Terceira,

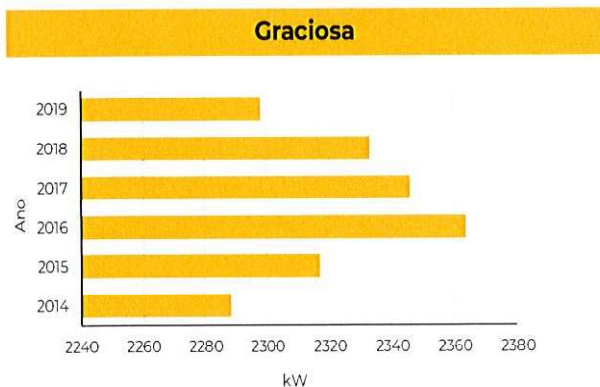
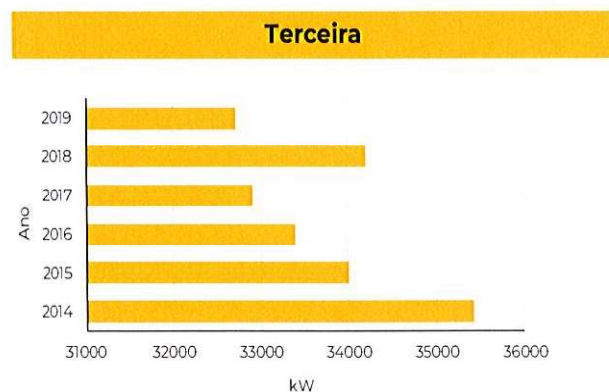
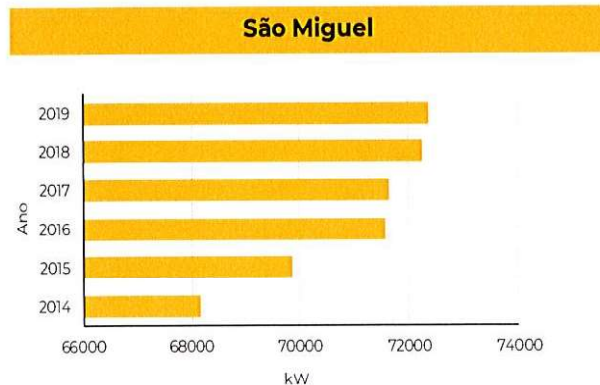
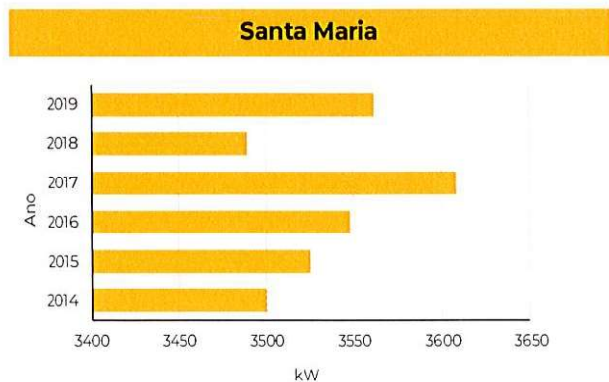
**Nos últimos anos as pontas máximas de cada ilha, ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre**

Graciosa e Corvo, e, em 2019 na ilha das Flores, onde ocorreram no 1º semestre. No que respeita à evolução da ponta em 2019, relativamente a 2018, constatou-se um aumento em seis das nove ilhas dos Açores, Santa Maria, São Miguel, São Jorge, Pico, Flores e Corvo, verificando-se que o maior crescimento foi registada na ilha de Santa Maria, com 2,1%, e o menor crescimento na ilha de São Miguel, 0,2%. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram reduzir o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, tendo mais expressão na ilha da Terceira, com um decréscimo de 4,3%, e do Faial, 3,2%.

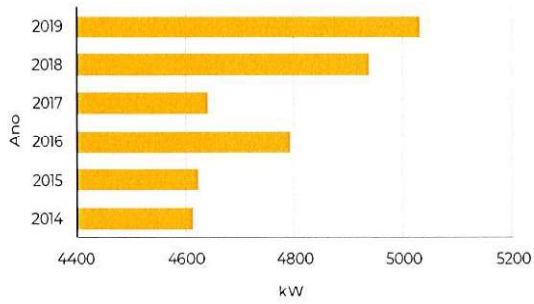
  
  

	2018	2019	Data da ocorrência em 2019
<b>Santa Maria</b>	3 489	3 562	21 de agosto
<b>São Miguel</b>	72 241	72 366	07 de agosto
<b>Terceira</b>	34 200	32 727	06 de dezembro
<b>Graciosa</b>	2 333	2 298	04 de dezembro
<b>São Jorge</b>	4 938	5 030	16 de agosto
<b>Pico</b>	7 695	7 723	16 de agosto
<b>Faial</b>	8 450	8 180	31 de julho
<b>Flores</b>	2 020	2 031	25 de fevereiro
<b>Corvo</b>	308	311	31 de dezembro

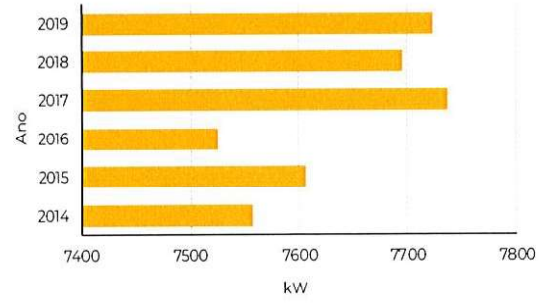
Tabela 11 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, em 2018 e 2019



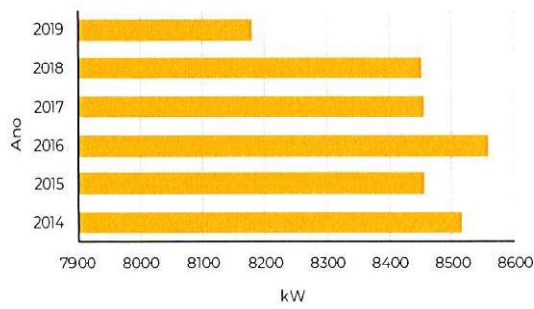
### São Jorge



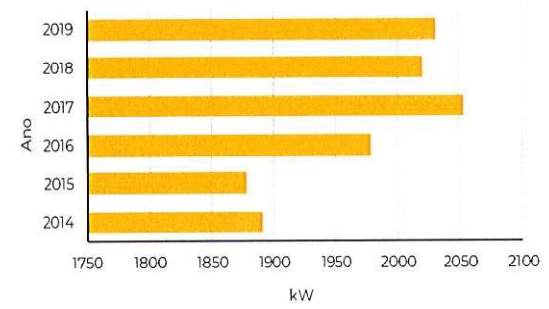
### Pico



### Faial



### Flores



### Corvo

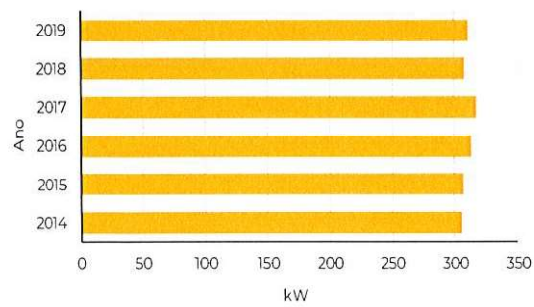


Gráfico 13 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2014 a 2019

A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas electroprodutores, no entanto, existem diversas variáveis que restringem esses ciclos. Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas *standard* referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção.

A tabela seguinte resume as intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2019.

Ilha	Central Termoelétrica	Nº. Intervenções	
		manutenção preventiva	manutenção curativa
Santa Maria	Aeroporto	2	46
São Miguel	Caldeirão	15	206
Terceira	Belo Jardim	7	44
Graciosa	Graciosa	42	16
São Jorge	Caminho Novo	18	15
Pico	Nova	2	13
Faial	Santa Bárbara	1	54
Flores	Flores	2	12
Corvo	Corvo	2	6
<b>Total</b>		<b>91</b>	<b>412</b>

Tabela 12 – Manutenções em centros produtores

### 3.4. Investimento

Em 2019, o investimento realizado na EDA, S. A. totalizou 30,8 milhões de euros, a custos totais. Do investimento realizado, cerca de 22% foram utilizados no reforço do sistema eletroprodutor, enquanto 51% corresponderam ao investimento na rede de transporte e distribuição, numa ótica de garantia da continuidade e qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Atividade	mil Eur		Total
	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	
Centros Produtores	6 368	309	6 676
Rede Transporte e Grande Distribuição	10 109	318	10 427
Rede Pequena Distribuição	5 316	73	5 390
Outros	8 208	105	8 313
<b>Total</b>	<b>30 002</b>	<b>805</b>	<b>30 807</b>

Tabela 13 - Investimento realizado em 2019

A evolução dos montantes investidos nas atividades de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

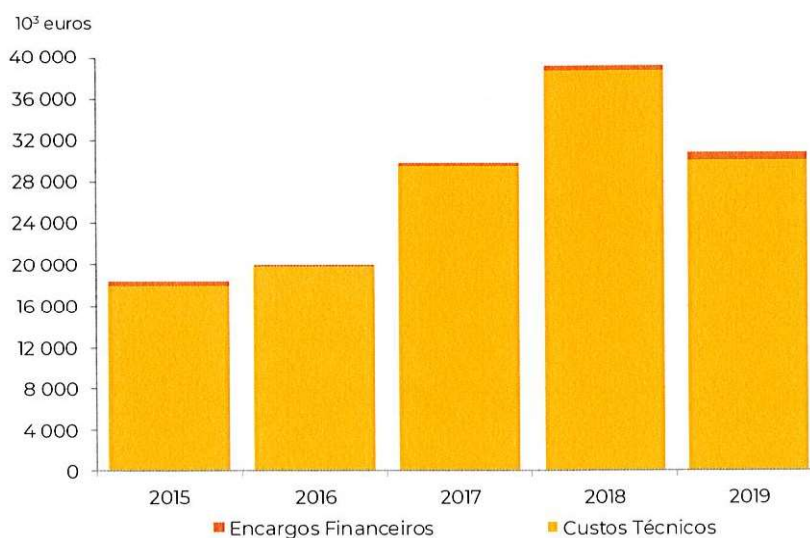
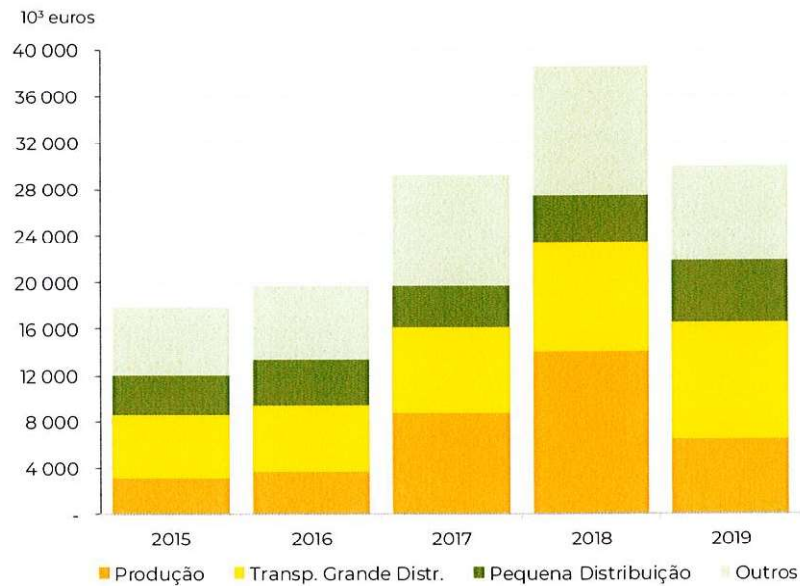


Gráfico 14 - Investimento total a preços correntes 2015 a 2019



**Gráfico 15 – Investimento a custos técnicos de 2015 a 2019**

Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2019, destacam-se como mais significativos os seguintes:

#### **PRODUÇÃO**

- Central termoelétrica de Belo Jardim, na ilha Terceira: ampliação da central, com a instalação do grupo XI; ampliação e revitalização do sistema de combate a incêndios; beneficiação de tanques no parque de combustíveis e reformulação do sistema de ventilação da sala de máquinas II;
- Central térmica do Caldeirão, na ilha de São Miguel: substituição dos autómatos e conservação dos edifícios da central;
- Central termoelétrica de Santa Bárbara, na ilha do Faial: montagem de dois tanques para depuradora de fuelóleo;
- Central termoelétrica do Corvo: substituição dos contadores de combustível.

#### **TRANSPORTE E GRANDE DISTRIBUIÇÃO**

##### **SÃO MIGUEL**

- Construção da linha de transporte 60 kV entre a central geotérmica da Ribeira Grande e a subestação de Ponta Garça e a construção da interligação 60 kV à central geotérmica da Ribeira Grande;
- Construção da subestação de Ponta Garça 60/30 kV, remodelação da subestação e da rede MT de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel;
- Inserção na rede MT 30 kV (subterrânea) da subestação do Aeroporto, remodelação da rede MT 30 kV dos Arrifes e a 5ª fase da remodelação da rede MT 10 kV da cidade de Ponta Delgada.

**TERCEIRA**

- Remodelação da linha de distribuição aérea Quatro Ribeiras – Doze Ribeiras, na ilha Terceira, bem como a 3ª fase da remodelação da rede subterrânea MT 15 kV, da cidade de Angra do Heroísmo.

**SÃO JORGE**

- Construção da linha de transporte 30 kV, entre a central termoelétrica do Caminho Novo e o Pico da Urze, bem como diversas ampliações de rede MT
- Construção da saída MT 15 kV entre a central termoelétrica do Caminho Novo – Toledo.

**PICO**

- Construção da linha de transporte 30 kV entre a subestação de São Roque e a subestação da Madalena,
- Remodelação das linhas Lajes – São Mateus I e Lajes – São Mateus II (2ª fase).

**FAIAL**

- Montagem de teleinterruptores na rede MT 15 kV - 1ª Fase;
- Remodelação de linhas e ramais MT 15 kV cidade da Horta – Varadouro;
- 2ª fase da remodelação da rede subterrânea MT 15 kV da cidade da Horta.

**FLORES**

- Interligação MT do PT 1024 à linha MT Lajes – Santa Cruz 2.

**PEQUENA DISTRIBUIÇÃO**

- Ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT de São Miguel;
- Ampliação da rede aérea da ilha Terceira;
- Eletrificação da Fajã de Santo Cristo, São Jorge;
- Campanhas de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED.

**OUTROS INVESTIMENTOS**

A rubrica Outros investimentos inclui:

- 4,2 milhões de euros, referentes a Estudos, Projetos e Outros;
- 2,2 milhões de euros, que dizem respeito à apropriação dos efeitos da aplicação do MEP, na valorização das participações financeiras;
- 1,8 milhões de euros, dos quais 0,3 milhões de euros referem-se a cedência de equipamentos e 1,5 milhões de euros a aquisições diretas.

No computo geral, destaca-se o investimento efetuado no âmbito do projecto de “Evolução Sistema Gestão Empresarial EDA (IA\_SAP)”.

Ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicações, salientam-se as seguintes ações de investimento:







- Reestruturação do cadastro de ativos técnico/financeiro;
- SAP HANA, Runtime edition for Applications&SAP BW;
- Disaster Recovery e Continuidade;
- Evolução das Ferramentas de Análise de Dados;
- Upgrade Técnico e Funcional do SIG/SIT;
- Substituição WorkCare SafetyCare;
- Sistema de Comunicações do SDC;
- Implementação da solução SAP IM.



Relativamente ao investimento executado em beneficiações e remodelações de ativos incluídos em estudos, projetos e outros, evidencia-se:

- Remodelação de coberturas de edifícios;
- Adaptação de espaço para loja de Vila do Porto, em Santa Maria;
- Ampliação do edifício da distribuição na ilha do Pico;
- Beneficiação do edifício antiga central termoelétrica de Angra do Heroísmo.

É ainda de referir o investimento efetuado no Centro de Controlo do Despacho Central.

## 4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

### DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	mil Eur			
	2019	2018	Var. 2019-18	Var. % 2019-18
Vendas e serviços prestados	195 274,9	191 942,2	3 332,7	1,7%
Subsídios à exploração	60,9	10,6	50,3	474,4%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	10 540,0	11 475,1	(935,2)	(8,1%)
Trabalhos para a própria entidade	4 859,8	1 947,8	2 912,0	149,5%
Outros rendimentos	4 113,3	3 291,7	821,6	25,0%
<b>Rendimentos Operacionais</b>	<b>214 848,9</b>	<b>208 667,4</b>	<b>6 181,4</b>	<b>3,0%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	97 148,1	95 224,8	1 923,4	2,0%
Fornecimentos e serviços externos	25 210,8	23 416,4	1 794,4	7,7%
Gastos com o pessoal	31 227,5	29 696,5	1 531,0	5,2%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(25,3)	-	(25,3)	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	43,6	243,5	(199,9)	(82,1%)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	102,6	-	102,6	
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	24 024,4	23 389,8	634,6	2,7%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-	(239,8)	239,8	(100,0%)
Outros gastos	14 670,5	11 879,5	2 791,0	23,5%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>192 402,2</b>	<b>183 610,7</b>	<b>8 791,5</b>	<b>4,8%</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>22 446,7</b>	<b>25 056,8</b>	<b>(2 610,1)</b>	<b>(10,4%)</b>
EBITDA	46 471,1	48 206,8	(1 735,7)	(3,6%)
Resultados financeiros	3 539,2	3 594,6	(55,5)	(1,5%)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>18 907,5</b>	<b>21 462,1</b>	<b>(2 554,6)</b>	<b>(11,9%)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	2 371,0	1 638,3	732,7	44,7%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>16 536,6</b>	<b>19 823,9</b>	<b>(3 287,3)</b>	<b>(16,6%)</b>

Tabela 14 – Demonstração dos resultados da EDA, em 2018 e 2019



## ANÁLISE DOS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

No exercício de 2019, a EDA regista um Resultado líquido positivo de 16,5 milhões de euros, 16,6% abaixo do obtido no ano de 2018 e um volume de negócios que ascendeu aos 195,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 1,7% relativamente ao ano anterior. Os Serviços prestados totalizaram 17 milhões de euros, mais 1 milhão de euros (6,4%) que em 2018, no entanto o valor de serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12) registado nesta rubrica, 15 milhões de euros aumentou 1,3 milhões de euros (9%). De 2018 para 2019, a faturação de energia elétrica cresceu 1,5%, por via do aumento do preço médio de venda (1,6%), e de uma contração de 0,1% na procura de eletricidade. Do total faturado, 80,7 milhões de euros, isto é 70,2%, correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão e os restantes 34,3 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão. A compensação tarifária, contabilizada em 2019, atingiu os 63 milhões de euros.

**Em 2019, o resultado líquido da EDA atingiu os 16,5 milhões de euros, 16,6% inferior a 2018.**

Os ganhos reconhecidos resultantes da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período, das subsidiárias e associadas, apresentam um decréscimo face aos ganhos do ano anterior, em cerca de 0,9 milhões de euros. Tal decréscimo justifica-se pelo fato de, à exceção da Segma, os resultados das empresas do grupo, em 2019, terem sido inferiores aos ocorridos no período homólogo.

Os trabalhos para a própria empresa, no montante de 4,9 milhões de euros, apresentam um aumento de 2,9 milhões de euros face a 2018.

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, onde estão registados outros rendimentos operacionais como sejam, juros cobrados a clientes por atrasos no pagamento, rendimentos obtidos com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA à NOS Açores, rendas obtidas através da cedência de edifícios e ainda amortizações dos subsídios ao investimento, aumentou 0,8 milhões de euros.

Em termos globais, de 2018 para 2019, os Gastos operacionais aumentaram 8,8 milhões de euros (4,8%). Esta variação está fortemente relacionada com a evolução da rubrica de Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), pela sua relevância na estrutura dos Gastos operacionais. No ano de 2019, o CMVMC ascendeu aos 97,1 milhões de euros, mais 2% que os 95,2 milhões de euros do ano anterior. Os gastos com combustíveis para produção de eletricidade constituem a componente de maior peso nesta rubrica. O montante de custos com combustíveis, em 2019, ascendeu aos 54,7 milhões de euros (53,6 milhões de euros em 2018), 2% acima do valor gasto no ano transato. Manteve-se a tendência de crescimento dos custos médios, quer do fuelóleo, quer do gasóleo que sofreram aumentos em, respetivamente 6,9 euros por tonelada e 17,3 euros por quilolitro. O custo médio do fuelóleo foi de 465,5 euros por tonelada, e o do gasóleo fixou-se em 619,2 euros por quilolitro.

Os Gastos com o pessoal ascenderam a 31,2 milhões de euros, 5,2% acima do registado no ano anterior. Os Fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam aos 25,2 milhões de euros, apresentando um aumento de 7,7%. De salientar que, o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e

gestão do sistema elétrico estão incluídos em Fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados 7,7 milhões de euros em 2019 e 7,9 milhões de euros em 2018. As rubricas incluídas em FSE com maior expressão monetária são as de Trabalhos especializados, conservação e reparação e comunicações. Os Trabalhos especializados, que têm um acréscimo de 1,4 milhões de euros face ao ano anterior, incluem, maioritariamente, custos com serviços informáticos, e consultorias diversas. A rubrica de Conservação e reparação respeita, essencialmente, a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros eletroprodutores.

Os Outros gastos e perdas, no valor de 14,7 milhões de euros, apresentam um acréscimo de 2,8 milhões de euros relativamente a 2018. Esta rubrica inclui o pagamento de 4,9 milhões de euros de direitos de passagem aos Municípios, gastos com as licenças de emissões de CO<sub>2</sub> em 7,3 milhões de euros e a contribuição extraordinária sobre o setor energético no valor de 1,7 milhões de euros e encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos à atividade de produção e distribuição.

Ao nível dos Resultados financeiros, verifica-se um decréscimo de 1,5%, entre 2018 e 2019, nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos para financiamento das atividades da EDA.





## EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira da EDA.

	mil Eur			
	2019	2018	Var. 2019-18	Var. % 2019-18
Activos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento	382 776,9	378 324,9	4 452,0	1,2%
Participações financeiras e outros investimentos	120 241,7	118 007,9	2 233,8	1,9%
Activos por impostos diferidos	4 029,6	6 008,6	(1 978,9)	(32,9%)
Créditos a receber	722,8	4 687,1	(3 964,3)	(84,6%)
<b>Activo Não Corrente</b>	<b>507 771,1</b>	<b>507 028,4</b>	<b>742,6</b>	<b>0,1%</b>
Inventários	10 616,6	11 188,2	(571,6)	(5,1%)
Clientes e outras contas a receber	50 276,2	49 770,2	506,1	1,0%
Diferimentos	339,8	237,3	102,5	43,2%
Caixa e depósitos bancários	4 552,6	4 831,8	(279,2)	(5,8%)
Activos não correntes detidos para venda	1 775,3	-	1 775,3	
<b>Activo Corrente</b>	<b>67 560,4</b>	<b>66 027,4</b>	<b>1 533,0</b>	<b>2,3%</b>
<b>Activo Total</b>	<b>575 331,5</b>	<b>573 055,8</b>	<b>2 275,6</b>	<b>0,4%</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>217 778,9</b>	<b>222 047,4</b>	<b>(4 268,5)</b>	<b>(1,9%)</b>
Financiamentos obtidos	206 568,1	138 986,8	67 581,3	48,6%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	12 182,2	14 733,5	(2 551,3)	(17,3%)
Passivos por impostos diferidos	3 143,2	4 551,2	(1 408,0)	(30,9%)
Outras dívidas a pagar	1 484,3	1 627,3	(143,0)	(8,8%)
<b>Passivo Não Corrente</b>	<b>223 377,8</b>	<b>159 898,8</b>	<b>63 479,0</b>	<b>39,7%</b>
Fornecedores e Outras dívidas a pagar	27 751,0	36 970,6	(9 219,6)	(24,9%)
Financiamentos obtidos	101 794,6	152 392,0	(50 597,4)	(33,2%)
Estado e outros entes públicos	4 629,1	1 747,0	2 882,2	165,0%
<b>Passivo Corrente</b>	<b>134 174,8</b>	<b>191 109,6</b>	<b>(56 934,9)</b>	<b>(29,8%)</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>357 552,6</b>	<b>351 008,4</b>	<b>6 544,1</b>	<b>1,9%</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>	<b>575 331,5</b>	<b>573 055,8</b>	<b>2 275,6</b>	<b>0,4%</b>

Tabela 15 – Balanço da EDA, em 2018 e 2019

O Ativo não corrente da EDA, que corresponde a 88% do ativo total, ascende a 508 milhões de euros, mais 0,7 milhões de euros que em 2018. O total de Ativos fixos tangíveis e intangíveis ascendeu ao montante de 382,8 milhões de euros, mais 4,5 milhões de euros que o valor registado no ano anterior, refletindo a normal depreciação dos ativos, compensada pelo investimento em novos equipamentos ou remodelação dos

mesmos. O aumento em 2,2 milhões de euros das Participações financeiras resulta da evolução dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício e dos dividendos distribuídos.

O aumento de 1,8 milhões de euros em Outros Ativos Correntes, nomeadamente em Ativos não correntes detidos para venda, refere-se essencialmente à alienação, a 13 de fevereiro de 2020, da participação da EDA no capital social da Norma Açores S.A.. Este processo vem no seguimento da reestruturação do Setor Empresarial Público Regional, e da resolução do Conselho do Governo n.º 108/2018, de 9 de outubro, que determinou a alienação da totalidade das ações da Norma Açores detidas pela EDA a realizar mediante concurso público, à exceção da venda direta aos trabalhadores, que resultou na alienação de 50 ações. A 4 de setembro de 2019 foi publicado no Diário da República n.º 169, o procedimento para alienação de 50 050 ações, correspondentes a 62,563% do capital social da empresa, aprovado em Resolução do Conselho do Governo n.º 11/2020 (6 de janeiro de 2020).

**Os capitais próprios da EDA totalizaram 217,8 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 4,3 milhões de euros, face a 2018**

Os Capitais próprios da EDA ascendem aos 217,8 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 4,3 milhões de euros, por via do resultado do exercício e pela aplicação do resultado do período anterior. Foram distribuídos dividendos no valor global de 17 milhões de euros, em que 12,9 milhões de euros são relativos ao exercício de 2018 e 4,1 milhões de euros relativos a anos anteriores. Refira-se ainda, a existência de outros movimentos no capital próprio, no valor de 1,3 milhões de euros, que incluem a amortização de subsídios ao investimento.

Relativamente ao Passivo, em 2019 o montante dos financiamentos obtidos, correntes e não correntes, ascende aos 308,4 milhões de euros, apresentando um aumento de 17 milhões de euros, ou seja, mais 5,8%. Salieta-se, ainda, que 67% dos empréstimos apresentaram maturidade superior a um ano.

As Responsabilidades por benefícios pós emprego não financiadas em 2019, fixaram-se em 12,2 milhões de euros, apresentando um decréscimo de 2,6 milhões de euros, cerca de 17%, face aos 14,7 milhões de euros registados no final de 2018.

O decréscimo próximo dos 57 milhões de euros no Passivo corrente deve-se, essencialmente, à diminuição dos financiamentos obtidos de curto prazo, em 50,6 milhões de euros, e ainda a diminuição da dívida a fornecedores e outras contas a pagar em 6,3 milhões de euros.



## RESULTADOS DO PERÍODO

Rúbricas	mil Eur			
	2019	2018	Var. 2019-18	%
EBIT	22 446,7	25 056,8	(2 610,1)	(10,4%)
EBITDA	46 471,1	48 206,8	(1 735,7)	(3,6%)
Resultados financeiros	(3 539,2)	(3 594,6)	55,5	(1,5%)
Resultados antes de impostos	18 907,5	21 462,1	(2 554,6)	(11,9%)
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>16 536,6</b>	<b>19 823,9</b>	<b>(3 287,3)</b>	<b>(16,6%)</b>
<b>Resultado por Acção (€/acção)</b>	<b>1,1812</b>	<b>1,4160</b>	<b>(0,2348)</b>	<b>(16,6%)</b>

Tabela 16 – Resultados do período da EDA, em 2018 e 2019

Em 2019, o Resultado operacional foi de 22,4 milhões de euros (25,1 milhões de euros em 2018), o que representa um decréscimo de 10,4%, explicado pelo aumento dos gastos operacionais (4,8%) que superou o crescimento dos rendimentos operacionais de (3%). Por sua vez, o EBITDA apresentou um decréscimo de 3,6%, situando-se nos 46,5 milhões de euros.

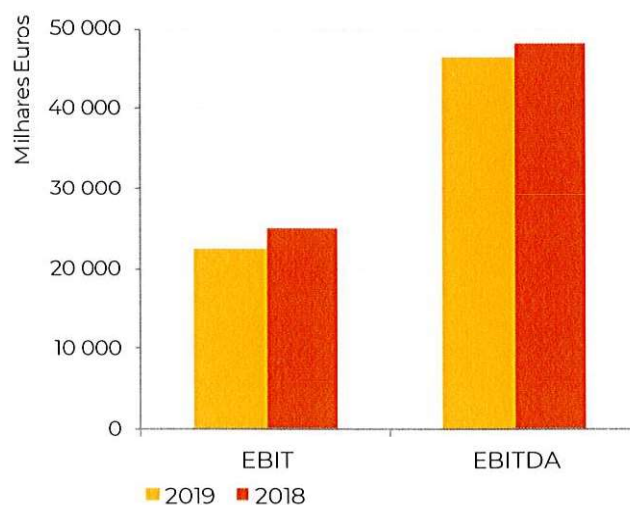


Gráfico 16 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2018 e 2019

O Resultado líquido do período ascendeu a 16,5 milhões de euros, menos 3,3 milhões de euros que em 2018, o que corresponde a um decréscimo na ordem dos 16,6%.

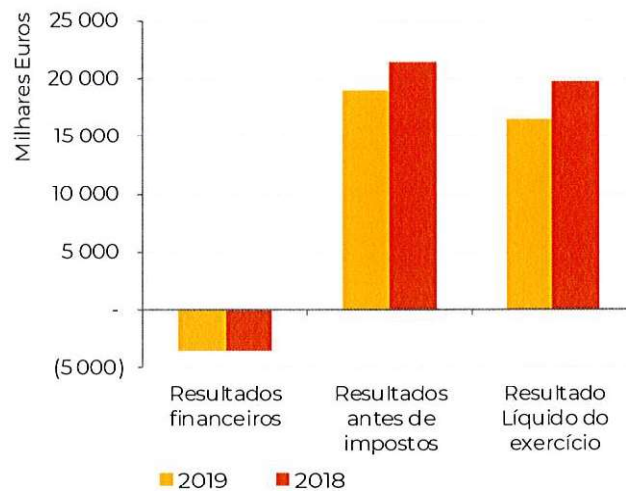


Gráfico 17 – Resultados da EDA em 2018 e 2019

Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2019, deduz-se que o resultado por ação foi de 1,18 euros, o que representa 0,235 euros abaixo dos 1,42 euros por ação verificados em 2018.

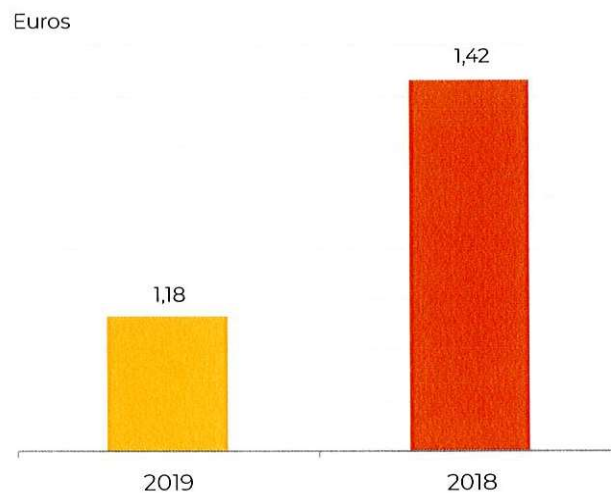


Gráfico 18 – Resultados por ação da EDA em 2018 e 2019

## GESTÃO FINANCEIRA

No final de 2019 a dívida bancária da EDA, ascendia a 250,8 milhões de euros, mais 8,3 milhões de euros do que em 2018. A dívida total atingiu 308,6 milhões de euros, mais 17,3 milhões de euros que a dívida registada no final de 2018, correspondendo os fundos excedentários das associadas EDA Renováveis, Globaleda e SEGMA utilizados pela EDA a 57,7 milhões de euros.



	mil Eur					
	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	15 000	85 000	100 000	60 000	45 000	105 000
Empréstimos bancários	13 741	82 578	96 319	16 195	94 591	110 786
Obrigações	-	40 000	40 000	-	-	-
Contas Correntes Caucionadas	14 530	-	14 530	26 800	-	26 800
Outros empréstimos	57 715	-	57 715	48 710	-	48 710
	<b>100 986</b>	<b>207 578</b>	<b>308 564</b>	<b>151 705</b>	<b>139 591</b>	<b>291 296</b>
Juros a pagar - Empréstimos	809	-	809	687	-	687
Juros pagos (antecipação)	-	(1 010)	(1 010)	-	(604)	(604)
	<b>101 795</b>	<b>206 568</b>	<b>308 363</b>	<b>152 392</b>	<b>138 987</b>	<b>291 379</b>

Tabela 17 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2018 e 2019

Do total da dívida os programas de papel comercial representam 32,4%, os empréstimos bancários (mercado interno e externo) 31,2%, as obrigações 13% e as contas correntes caucionadas 4,7%. Os outros empréstimos, onde são englobadas a cedência de fundos das participadas, representam 18,7% da dívida.

	mil Eur	
	2019	2018
<b>Custos Financeiros<sup>1</sup></b>		
Juros Empréstimos	(1 863)	(1 952)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 676)	(1 642)
	<b>(3 539)</b>	<b>(3 595)</b>

(1) Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 804,6 mil euros

Tabela 18 – Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2018 e 2019

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 3 539,2 mil euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 804,6 mil euros), menos 55,5 mil euros que os custos financeiros suportados em 2018.

Evolução Custo Médio Dívida	
2008	4,99%
2009	2,91%
2010	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%
2018	1,34%
2019	1,27%

Tabela 19 – Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2019

Em 2019, o custo médio da dívida da EDA atingiu 1,27% (1,34% em dezembro de 2018).

A EDA tem 63,8% da dívida a taxa variável indexada à Euribor. As políticas de gestão de gestão de riscos seguráveis, assim como a

**Em 2019, o custo médio da dívida da EDA, foi de 1,27%**



contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

Para cobertura das responsabilidades decorrentes dos dois planos de pensões, em vigor, foram transferidos, em 2019 pela EDA, para o Fundo de Pensões - A (Fundo de Benefício Definido), um montante de 4 496,5 mil euros e para o Fundo-B 514 mil euros (Fundo de Contribuição Definida).

No final de 2019, o valor do Fundo-A ascendia a 36,7 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 95,7 %. As pensões pagas pelo Fundo, em 2019, totalizam 1,6 milhões de euros.

O Fundo-B de contribuição definida, é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo, também, em termos complementares, os próprios beneficiários.

Nos termos das disposições previstas no Regulamento Tarifário e do Despacho emitido pela ERSE, para regulamentação dos "Mecanismos de Otimização da Gestão dos Contratos de Aquisição de Energia e da Gestão das Licenças de Emissão de CO<sub>2</sub>", procedeu-se em 2019 à aquisição 292 000 licenças de emissão de CO<sub>2</sub> (EUA's) pelo valor de 7 245 110,00 euros.

Para colmatar os direitos de emissão do ano 2019, correspondentes a 301 948 licenças foram utilizadas 28 005 licenças que transitam de 2018 e 273 943 das adquiridas em 2019, transitando 18 057 para 2020.



## 5. INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

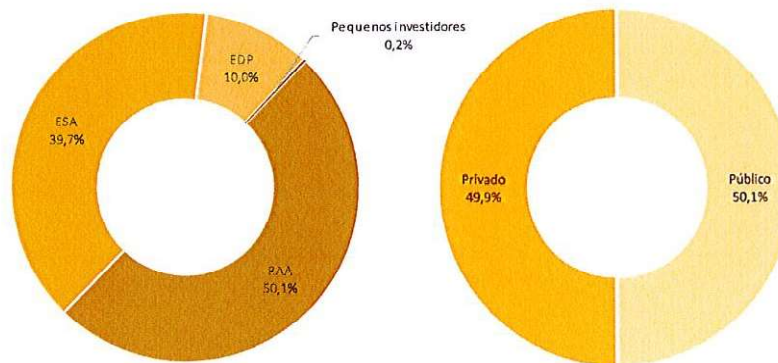
### 5.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

A EDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o art. 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que, de seguida, se explicitam.

#### ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14 000 000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:



#### ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA estão vertidas no Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2019, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2019 foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 14 dezembro de 2018 e encontra-se publicada no site da empresa, em <http://www.eda.pt/Investidores/Paginas/default.aspx>.

As orientações estratégicas são ainda fixadas anualmente em objetivos e indicadores financeiros e não financeiros, conforme quadro seguinte:

Resolução do Conselho de Governo n.º 117/2017, de 27 de outubro		Ponderação	2019		Limites, desvio padrão 5%		Grau de Cumprimento	
Indicadores Financeiros		80,00%	Objetivo	Execução	95,00%	105,00%	79,46%	
Eficiência e Atividade	EBITDA/Custos Operacionais	8,00%	29,56%	30,26%	28,08%		102,37%	8,00%
	EBITDA/Custos Pessoal	6,00%	151,82%	148,81%	144,73%		98,02%	6,00%
	Prazo Médio de Pagamentos (dias)	2,00%	60,60	23,89		63,63	160,58%	2,00%
Endividamento	Castos de Financiamento/Dívida Financeira	16,00%	1,52%	1,41%		1,60%	107,22%	16,00%
Rentabilidade e Crescimento	EBITDA	16,00%	48 280 000 €	46 471 054 €	45 866 000 €		96,25%	16,00%
Proveitos	EBITDA/Proveitos	8,00%	23,02%	23,30%	21,87%		101,22%	8,00%
Resultados	Resultado antes de impostos	8,00%	19 681 000 €	18 907 529 €	18 696 950 €		96,07%	8,00%
Outros Indicadores Financeiros	Autonomia financeira	8,00%	39,52%	37,85%	37,54%		95,77%	8,00%
	Solvabilidade	8,00%	65,34%	60,91%	62,07%		93,22%	7,46%
Indicadores Não Financeiros		20,00%					17,40%	
Qualidade de Serviço	Adoptar metodologias para melhoria contínua da qualidade de serviço prestado e grau de satisfação dos clientes	5,00%						2,40%
	Realização de 1 inquérito à qualidade do serviço comercial com abrangência regional*	2,60%	1	0				0,00%
	SAIFI MT Zona A da RAA <= 4	0,40%	4	2,12				0,40%
	SAIFI MT Zona B da RAA <= 7	0,40%	7	2,27				0,40%
	SAIFI MT Zona C da RAA <= 10	0,40%	10	6,82				0,40%
	SAIDI MT Zona A da RAA <= 3:00:00	0,40%	03:00:00	01:06:38				0,40%
	SAIDI MT Zona B da RAA <= 5:00:00	0,40%	05:00:00	01:27:05				0,40%
	SAIDI MT Zona C da RAA <= 9:00:00	0,40%	09:00:00	02:33:26				0,40%
Política de Recursos Humanos	Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da empresa, e promover a igualdade e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional	5,00%						5,00%
	Taxa de cobertura da formação superior a 50% dos colaboradores	2,00%	50,00%	71,00%				2,00%
	Realização de pelo menos 2 ações de formação/valorização sobre Segurança e Saúde no trabalho	1,50%	2	2				1,50%
	Número de visitas aos locais de Trabalho pelo Serviço de Medicina > 5	1,50%	5	7				1,50%
Sistemas de informação	Utilizar as tecnologias de informação que forem mais adequadas e com menor custo para a prestação de informação, garantindo a transparência de processos e o cumprimento dos normativos contabilísticos, bem como promover medidas de controlo interno adequadas à dimensão e complexidade da empresa;	5,00%						5,00%
	Número de interrupções não previstas, com disrupção geral, <= 10	2,50%	10	0				2,50%
	Execução de pelo menos 75% do Plano de Manutenção aplicacional preventiva	1,25%	75,00%	90				1,25%
	Realização de 1 ação de monitorização da gestão de acessos	1,25%	1	3				1,25%
Política de inovação e sustentabilidade	Implementar políticas de inovação científica e tecnologicamente consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, produtos ou serviços, processos e abordagens, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental.	5,00%						5,00%
	Realização de 1 estudo de Tendências Tecnológicas em matéria de Armazenamento de Energia	2,50%	1	1				2,50%
	Realização de 1 estudo dos diagramas de carga de cada sistema elétrico para análise de oportunidade de penetração de energias renováveis com abrangência regional	2,50%	1	1				2,50%
		100,00%					96,86%	

\*A EDA não realizou o inquérito por motivo de cumprimento do RGPD, considerando que a política de privacidade da EDA não permitia a transferência de dados pessoais para entidades externas

## ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com o art. 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no art. 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

Os Órgãos Sociais para o triénio 2017/2019 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 27 de abril de 2017. A sua composição durante o ano de 2019 e até à data de aprovação das contas, foi a seguinte:

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo): Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte

Administrador (Executivo): Dr. José Luís Pimentel Amaral

Administrador (Executivo): Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Administrador (Executivo): Eng.º João Carlos Santos Correia

Administradora (Executiva): Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel

Administrador (Não Executivo): Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga

Administrador (Não Executivo): João Manuel Bandarra dos Santos

Administrador (Não Executivo): Eng.º Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira (renunciou em 29 de novembro de 2019)

Administrador (Não Executivo): Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte

Administradora (Não Executiva): Dra. Joana Oliveira Freitas (Coptação ratificada pela Assembleia Geral em 17 dezembro de 2019)

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.ª Andreia Melo Carreiro

Vice-Presidente: Dr. Nuno Frade Correia da Silveira Serejo

Secretário Efetivo: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

Secretário Suplente: Dr. Paulo Linhares Dias

### CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr.ª Catarina Isabel Furtado Pacheco

Vogal Efetivo: Dr. Carlos Eduardo Ferreira Oliveira

Vogal Efetivo: Dr. João Manuel Beliz Trabuco

Vogal Suplente: Dr.ª Maria Olinda Soares Aguiar

### REVISOR OFICIAL DE CONTAS

J. Silva Cardoso e Ruben Cordeiro, SROC, LDA. - SROC n.º 292 representada por Rúben Mota Cordeiro

### PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

**Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte:** Licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutorado em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, Professor Associado da Universidade dos Açores, exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993, de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996, de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008, e de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009. Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2011 e Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2011.

**Dr. José Luís Pimentel Amaral:** Licenciado em Matemática/Físico-Química (Matemática- via ensino) pela Universidade dos Açores. É professor de Matemática da Escola Secundária Domingos Rebelo, tendo exercido

vários cargos no âmbito da categoria profissional. Exerceu ainda funções na Direção Regional da Educação e foi Professor Assistente Convocado do Departamento de Matemática da academia açoriana. Entre 1996 e 2000 foi Diretor do Centro de Formação Profissional dos Açores e Escola Profissional de Capelas, tendo assumido também o cargo de Presidente do Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Formação Profissional do Governo Regional dos Açores. Em 2000 foi Adjunto do Secretário Regional da Economia, tendo desempenhado o cargo de Diretor Regional do Comércio, Indústria e Energia dos VIII e IX Governos Regionais dos Açores entre 2001 e 2008, com competências delegadas para a IRAE - Inspeção Regional das Atividades Económicas. Ao longo do seu percurso exerceu ainda outras funções, sendo de destacar a de Presidente da Direção do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, Presidente da Direção da ENTA – Escola das Novas Tecnologias dos Açores e Fundador e Presidente da Direção da ARENA – Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores. Foi coordenador e dinamizador regional de vários projetos, onde se destaca a Estratégia para a Qualidade na RAA; Plano Tecnológico e Inovação Empresarial – INOTEC Empresa; Green-Island em parceria com o MIT- Portugal; ProEnergia; Seproqual – Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar. Exerceu ainda as funções de Assessor Coordenador para os Assuntos Económicos e Cooperação Externa do Senhor Presidente do Governo no X governo regional e foi Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor. Administrador da EDA – Eletricidade dos Açores, S. A. desde maio de 2014 e Administrador da EDA Renováveis, S. A. desde junho de 2014.



**Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro:** Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pela Universidade dos Açores, em 1991. Participou no Programa de Gestão Avançada para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa. Frequentou formações em Gestão numa ótica comercial, tais como Satisfação Total de Clientes, Fidelização de Clientes e Planeamento, Gestão e Custos da Qualidade.

Entre 2005 e 2017 foi Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e Presidente do Conselho de Administração da Associação Gestora do Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória. Foi Presidente da Assembleia Intermunicipal dos Açores no mandato 2009/2013, Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores no mandato 2013/2017, Presidente da Confederação dos Municípios Ultraperiféricos da Europa, no mandato 2015/2016 e Presidente do Conselho da ilha Terceira no mandato 2015/2017. Durante este período foi ainda Consultor de 20 empresas da ilha Terceira para as Áreas de Gestão, Financeira, Qualidade e Marketing de Serviços e elaborou 245 candidaturas no âmbito dos Fundos Comunitários disponibilizados no I, II e III Quadros Comunitários de Apoio a Empresas. Entre 1996 e 2005 foi gerente da CONTROLAUTO e entre 1999 e 2000 acumulou na EDA os cargos de Diretor no Centro de Exploração do Pico e de Diretor de Serviços Comerciais para as ilhas do Grupo Central e Ocidental. Foi Diretor Comercial da EDA entre 2001 e 2005 e gerente da SEGMA entre 2003 e 2005. Administrador Executivo da EDA desde fevereiro de 2018 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda desde 15 de novembro de 2019.

**Eng.º João Carlos Santos Correia:** Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição desde 2009; Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008, pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção, entre 2001 e 2005 e pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de S. Miguel entre 1999 e 2000; Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de S. Miguel entre 1995

e 1998 e pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de S. Miguel de 1990 a 2000. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

**Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel:** Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1988. Participante no Programa Avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1995 e no Programa Avançado de Finanças para Executivos, ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu no 2º semestre 1996. De outubro de 1987 até junho de 1988: Monitora como prestação eventual de serviço na Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, período em que lecionou as cadeiras de Gestão Financeira I e Gestão Financeira II. Desde 5 de dezembro de 1988 integra os quadros da Empresa de Electricidade dos Açores, tendo desempenhado as seguintes funções: Até 30 de setembro de 1990, desempenhou funções técnicas na Direção Financeira, área da Fiscalidade, durante 6 meses e, posteriormente, prestou apoio técnico ao Diretor; De 1 de outubro de 1990 até 22 de abril de 1993, foi Coordenadora do Gabinete de Estudos e Análise Financeira, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1993 até 22 de abril de 1994 e de 29 de outubro de 1996 a 31 de dezembro de 2000 chefiou o Serviço de Finanças, integrado na Direção Financeira; De 23 de abril de 1994 até 15 de novembro de 1997 foi Adjunta da Direção Financeira; A partir de janeiro de 2001 foi Diretora da Gestão Administrativa e Contabilidade, da Electricidade dos Açores, S. A. e Gerente da SEGMA, Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., desde 12 de julho de 2013. Administradora da EDA Electricidade dos Açores desde 11 de julho de 2013.

**Eng.º João Carlos Chaves de Sousa Braga:** Bacharelato em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, em 2003. De 2004 a 2005 desempenhou funções no âmbito da análise de especialidades, acompanhamento de execução de infraestruturas e loteamentos, licenças de utilização de habitações individuais e coletivas na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos; Delegado da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, de 2005 a 2008, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e habitação social); Delegado da Secretaria Regional Ciência, Tecnologia e Equipamentos, entre 2008 e 2012, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais e apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico); de 2012 a 2016, Delegado da Secretaria Regional do Turismo e Transportes, responsável pela coordenação da delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das estradas regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico, coordenação dos postos de turismo e manutenção/criação de trilho). Desde 2016 até à data, Delegado da Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas, responsável pela coordenação da Delegação de ilha de Santa Maria (manutenção/restauro das Estradas Regionais, apoio à implementação e manutenção das parcerias do ramo tecnológico). Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde abril de 2017.

**João Manuel Bandarra dos Santos:** Bacharelato em "Meteorologia" pelo American Department of Defense (81st Technical Training Group, Keesler AFB) MISSISSIPPI (United States of America). Sócio Gerente da NextEnergy com responsabilidades na área de recursos humanos e financeira. Habilitações literárias - Licenciatura em Ciências do Ambiente, 1.º ano. 2009- 2010 – Membro do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa para a Promoção do Hidrogénio. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores, desde maio de 2014.



**Eng.º Pedro Rafael de Sampaio e Melo Neves Ferreira:** Licenciado em Engenharia Eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico. Concluiu o MBA no INSEAD (França) e o Advanced Management Program pelas Universidade Católica e Kellogg (EUA). Iniciou a sua atividade profissional em 1998 como consultor na McKinsey & Company, concentrando-se nas áreas de energia, telecomunicações e retalho. De 2001 a 2003, trabalhou como chefe de projeto na consultora DiamondCluster, com projetos em Portugal, Espanha e Bélgica.

Ingressou na EDP em 2003, na Direção de Planeamento Energético, assumindo o respetivo cargo de Diretor responsável a partir de 2007. De 2014 a 2016 acumulou com o cargo de Diretor da Direção de Gestão do Risco. Foi responsável pelo programa de acesso à Energia do Grupo EDP entre 2013 e 2015. Membro do Conselho de Administração da Fundação EDP entre 2013 e 2014. Desempenha atualmente as funções de membro do Conselho de Administração da EDP – Gestão da Produção da Energia, S. A.. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde setembro de 2016.

**Eng.º Luís Miguel de Albuquerque Patena Forte:** Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores pelo Instituto Superior Técnico. Tem Formação Avançada no Programa de Direção de Empresas (PDE) pela AESE (2000), e em "Sustainable Energy Markets" pelo European Energy Institute (2006-2007). Ingressou na EDP em 1988, na Equipa de Engenharia do projeto da central Termoelétrica do Pego. Foi responsável da área de Controlo & Instrumentação na central de Gasificação Integrada em Ciclo Combinado de 320 MW, durante sete anos, em Espanha. Assumiu a chefia do departamento de Controlo & Instrumentação da PROET, empresa de engenharia térmica do Grupo EDP, em 2000. Foi Diretor de Engenharia de Energia da EDP Produção em 2005, Diretor na Direção de Reequipamentos em 2010, e na área de Engenharia de Equipamentos em 2013. Coordenou diversas equipas de engenharia em projetos de referência térmicos, biomassa, hídricos e de automação, tais como a remodelação dos sistemas de controlo de todas as centrais térmicas da EDP, o Centro de Telecomando da Renováveis, o desenho do despacho da EDA em S. Miguel, com o INESC, o sistema ibérico integrado de monitorização de ativos de geração convencional da EDP Produção, o projeto hídrico de Frades II de 2 x 400 MVA de velocidade variável, nova barragem do Alto da Ceira, as centrais hídricas do plano nacional de barragens, bem como diversos estudos e projetos para a EDA em centrais térmicas e de geotermia. Desenvolveu igualmente e coordenou o projeto Fotovoltaico Flutuante do Alto Rabagão, o primeiro a nível mundial em Centrais Hidroelétricas. Desde dezembro de 2017 é Diretor da nova Área de Inovação e Tecnologia da EDP Produção. Administrador Não Executivo da EDA Electricidade dos Açores desde dezembro de 2017.

**Dr.ª Joana Oliveira Freitas** É uma profissional do sector da energia, com uma carreira como executiva em operações e área financeira de infraestruturas, tendo trabalhado nos setores aeroportuário, imobiliário e da energia, após iniciar a sua vida profissional como consultora da McKinsey & Company, onde trabalhou sete anos em Londres, Rio de Janeiro e Lisboa. Licenciada em Economia pela Universidade de Economia do Porto, com um MBA pelo INSEAD, completou em 2019 o Future Grid Managers Programme, pela Florence School of Regulation e Vlerick Business School.

#### **CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS:**

**Prof. Doutor Duarte José Botelho da Ponte:** Presidente do Conselho de Administração da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Presidente da Direção do INOVA.





**Dr. José Luís Pimentel Amaral:** Administrador da EDA RENOVÁVEIS, S. A.; Vogal da Direção do INOVA;

**Dr. Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro:** Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A.

**Dr.ª Gilda Maria Bairos Cabral Pimentel:** Gerente da SEGMA, Lda.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDA RENOVÁVEIS, S. A. e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da NORMA AÇORES, S. A.;

**Eng.º João Carlos Santos Correia:** Gerente da SEGMA, Lda..

### **INFORMAÇÃO SOBRE O MODO E AS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL**

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida em exclusivo, através de concessão, o transporte e a distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000, com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente: Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações e Regulamento Tarifário. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço [www.eda.pt](http://www.eda.pt).

### **EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE POR PARTE DE EMPRESAS QUE SEJAM TITULARES DESSE TIPO DE PODERES**

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

### **REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral em 31 de agosto de 2017, que determinou para o mandato 2017/19 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

**Administradores Executivos:** A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - 5.899,06 €, sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor;
- b) Administrador Executivo - 5.546,37 € sobre a qual incidirão as reduções remuneratórias aplicáveis bem como os outros descontos legais em vigor.

**Administradores Não Executivos** - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano é de 260,06 €; Dois Administradores Não Executivos renunciaram à remuneração.



**Membros do Conselho Fiscal** - A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

- a) Presidente do Conselho Fiscal – 600,00 €;
- b) Vogal Efetivo do Conselho Fiscal – 400,00 €.

**Membros da Mesa da Assembleia Geral** - Estas funções não são remuneradas;

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2019 corresponderam a:

Nome	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Orgão de Gestão 1	78 457,54 €	23 188,33 €	101 645,87 €
Orgão de Gestão 2	73 766,70 €	21 187,69 €	94 954,39 €
Orgão de Gestão 3	73 766,70 €	21 378,70 €	95 145,40 €
Orgão de Gestão 4	73 766,70 €	21 056,52 €	94 823,22 €
Orgão de Gestão 5	73 766,70 €	23 594,92 €	97 361,62 €
Orgão de Gestão não executivo	3 120,72 €	1 914,24 €	5 034,96 €
Orgão de Gestão não executivo	0,00 €	1 354,68 €	1 354,68 €
	- €	- €	- €
Conselho Fiscal 1	7 200,00 €	1 814,28 €	9 014,28 €
Conselho Fiscal 2	4 800,00 €	1 309,68 €	6 109,68 €
Conselho Fiscal 3	4 800,00 €	1 309,68 €	6 109,68 €
<b>Totais</b>	<b>393 445,06 €</b>	<b>118 108,72 €</b>	<b>511 553,78 €</b>

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31.º do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A de 19 de maio.

## INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

Durante o ano de 2019 o Conselho de Administração realizou 10 (dez) reuniões. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2018, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2020. Previamente a cada reunião do Conselho são disponibilizadas todas as atas das reuniões anteriores da Comissão Executiva para acompanhamento, informações ou esclarecimentos que se entendam necessários. A delegação de competências na Comissão Executiva foi fixada em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração, pela Deliberação 21/CA/2017, de 27 de abril. As decisões de valor superior a 1,5 milhões de euros são da competência do Conselho de Administração. As decisões sobre participações sociais não são delegáveis na Comissão Executiva.

Na primeira reunião, realizada no mês de janeiro, foi autorizada a contratação, para o período 2019/2021, de licenciamento de software e serviços conexos, ao abrigo do acordo quadro com a ESPAP, de que a EDA é entidade aderente, com o preço base de 1 780 000,00 € (um milhão, setecentos e oitenta mil euros) tendo sido delegadas na Comissão Executiva todas as competências necessárias à prossecução do procedimento. Foi também autorizado o lançamento de concurso público para a contratação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana para as instalações da EDA, nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Graciosa, com um valor estimado no valor de 1.905.087,17 € (um milhão, novecentos e cinco mil e oitenta e sete euros e dezassete centimos). Foi adjudicado o “*Contrato de seguro por danos materiais All Risks e Perdas de Exploração*”, relativo a bens móveis e/ou imóveis nos quais a EDA e a EDA RENOVÁVEIS tenham um interesse legal, funcional ou de outro tipo, incluindo os bens terceiros sob a sua guarda, custódia ou controlo ou pelos quais seja responsável contra os riscos de danos ou perdas materiais diretos, incluindo avarias e perdas de lucro bruto resultantes da paralisação ou interrupção, pelo valor global, considerando um período de contrato de 3 anos, de 1.619.605,82 € (um milhão, seiscentos e dezanove mil, seiscentos e cinco euros dos quais 1.383.531,92 € (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e um euros e noventa e dois centimos) a suportar pela EDA. No âmbito do concurso público para alienação de 42 100 ações, correspondentes a 52,625% do capital social da Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A. o Conselho de Administração, sob proposta do Júri do Procedimento deliberou não adjudicar, por ausência de apresentação de propostas, e revogar a decisão de contratar constante das DL 48/CA/2018 e DL 70/CA/2018. Este processo foi retomado posteriormente com novo concurso público. Foi aprovado o Relatório e Contas intercalar do 3.º trimestre de 2018. Foram apresentadas as Contas e o *Tableau de Bord* de novembro de 2018.

No mês de fevereiro, o Conselho de Administração deliberou autorizar a submissão da candidatura para a realização do investimento de Aquisição de Baterias de Armazenagem de Energia Renovável, a implementar na ilha Terceira, no montante estimado de 14.000.000,00 € (catorze milhões de euros), na medida em que o projeto associado apresenta um défice de financiamento e apenas se torna viável através de financiamentos públicos no âmbito do PO AÇORES 2020. Foi autorizado o lançamento de um concurso público para aquisição de Gasóleo para a exploração das Centrais Termoelétricas da EDA, com um preço até um total de 33.943,524,00 € (trinta e três milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro euros). Foi também autorizado o lançamento de concurso para aquisição de luminárias de iluminação pública



equipadas com tecnologia LED para a exploração das redes de Baixa Tensão bem como para a reposição de stocks, para 24 meses, prorrogável por um ano, desde que não ultrapasse o montante de 4 992 700,00 € (quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil e setecentos euros). Foi ratificada a aquisição das 337.746 licenças de CO<sub>2</sub> no montante total de 5,4 milhões de euros, das quais 294 741 foram para o ano 2018 e 28 005 para 2019 e a venda de 15 000 licenças no montante de 349 800,00 € (trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos euros).

Na primeira reunião de abril, o Conselho de Administração aprovou o Relatório de Gestão e as Contas de 2018 e a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ambos submetidos à Assembleia Geral. Autorizou o convite a 14 empresas, para a contratação de acordo para a realização de empreitadas na rede de transporte e distribuição, nom período 2019/21, para suprir a necessidade contínua de executar trabalhos de manutenção, reparação, conservação e beneficiação na Rede de Transporte e Distribuição da empresa, com um valor estimado de 3 milhões de euros.

Na segunda reunião de abril foram aprovadas as contas de janeiro a março de 2019. Foi efetuada ao Conselho de Administração uma apresentação pelo Consultor e pela Equipa de Projeto relativamente às peças procedimentais para a aquisição e implementação de um sistema de armazenamento de energia para a ilha Terceira.

Em maio foi aprovado o Relatório e Contas intercalar do 1.º trimestre de 2019. Foram apreciados o *Tableau de Bord* (pág 2) e *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço de abril de 2019. Ao nível da contratação foi aprovado o lançamento do Concurso Limitado por Prévia Qualificação Internacional para instalar um sistema de armazenagem de energia para a ilha Terceira, e para garantir a qualidade e a segurança do fornecimento de energia naquela ilha, e para maximizar a penetração dos recursos renováveis e endógenos, com um valor base de 14 milhões de euros. Também, ao nível dos sistemas de informação, foi autorizado o lançamento de um Concurso Internacional Limitado por Prévia Qualificação, para a Aquisição de Serviços de IMPLEMENTAÇÃO DAS TECNOLOGIAS SAP ERP S/4HANA, SAP GESTÃO DE ATIVOS S/4HANA, SAP IS-U S/4HANA E SAP UTILITIES CUSTOMER MANAGEMENT S/4HANA, fixando o peço base no valor de 4 900 000,00 € (quatro milhões e novecentos mil euros). No âmbito do concurso público para contratação do fornecimento de luminárias para iluminação pública equipadas com tecnologia LED, o Conselho de Administração deliberou ratificar as alterações efetuadas às peças do procedimento, assim como a consequente alteração ao prazo de entrega das propostas. Foi autorizado proceder à alienação da participação de 50 050 ações que a EDA detém na Norma Açores, representativas de 62,5625% do capital social daquela empresa, mediante Concurso Público, tendo sido nomeado o respetivo júri.

No mês de julho o Conselho de Administração aprovou as contas de maio de 2019 e apreciou o *Tableau de Bord Geral* e o *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço, desse período. Face a alteração do local de implantação das baterias na ilha Terceira, o Conselho de Administração aprovou as alterações daí resultantes nas peças do concurso a decorrer para a instalação do Sistema de Armazenamento de Energia naquela ilha. No âmbito do Concurso Público Internacional para a celebração do contrato de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Humana nas instalações da EDA o Conselho de Administração autorizou a respetiva adjudicação por um valor de 1,6 milhões de euros, para um período de 36 meses. Autorizou, também, a adjudicação das melhores propostas de cada lote existente relativo ao fornecimento de gasóleo às centrais da EDA e a adjudicação dos lotes 1, 2, 3 e 4 para o fornecimento de luminárias LED à EDA. No âmbito da